UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PAULA EMANUELLE TRINDADE DA SILVA

O USO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PELO GRUPO TERRORISTA BOKO HARAM NA NIGÉRIA

MARÍLIA

2022

PAULA EMANUELLE TRINDADE DA SILVA

O USO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PELO GRUPO TERRORISTA BOKO HARAM NA NIGÉRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP (Campus de Marília), para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Dr. Rafael Salatini de Almeida

MARÍLIA
2022

S586

Silva, Paula Emanuelle Trindade da
O USO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PELO GRUPO TERRORISTA BOKO HARAM NA NIGÉRIA / Paula EmanuelleTrindade da Silva. -- Marília, 2022
70 p. : mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdadede Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Rafael Salatini de Almeida

1. Boko Haram. 2. Violência de gênero. 3. Nigéria. 4. Terrorismo.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

PAULA EMANUELLE TRINDADE DA SILVA

O USO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO PELO GRUPO TERRORISTA BOKO HARAM NA NIGÉRIA

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"– UNESP (Campus de Marília).

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____

Dr. Rafael Salatini de Almeida (Unesp-Marília)

1º Examinadora: _____

Mnda. Ariel da Silva Parrilha (PPG/CS - Unesp-Marília)

2º Examinadora: _____

Ma. Gabrielle Custódio Carinheno (Unesp-Marília)

Marília, SP, 25 de abril de 2022.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa analisar a forma como o grupo terrorista nigeriano Boko Haram utiliza a violência contra meninas e mulheres para cumprir seus objetivos, dominar territórios e se fortalecer. Ao abordar a questão, o trabalho faz um estudo sobre o estudo do gênero nas Relações Internacionais e também de que forma o grupo ganhou vida e se estabeleceu na Nigéria. Também discutirá como essa violência afeta a vida das meninas e mulheres, observando seus desafios e vidas, assim como o local em que vivem. Através de uma pesquisa qualitativa e analítico-descritiva, o presente trabalho utiliza de fontes documentais, como relatos feitos para jornais e revistas, noticiários e fontes bibliográficas.

PALAVRAS-CHAVE: Boko Haram. Terrorismo. Violência de gênero. Violência sexual. Conflitos. Nigéria.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to analyze how the Nigerian terrorist group Boko Haram uses violence against girls and women to fulfill its objectives, dominate territories and strengthen itself. In addressing the issue, the work makes a study of the study of gender in International Relations and also how the group came to life and established itself in Nigeria. It will also discuss how this violence affects the lives of girls and women, looking at their challenges and lives, as well as where they live. Through a qualitative and analytical-descriptive research, the present work uses documentary sources, such as reports made for newspapers and magazines, news and bibliographic sources.

KEYWORDS: Boko Haram. Terrorism. Gender violence. Sexual violence. Conflicts. Nigeria.

AGRADECIMENTOS

É incrível pensar em pessoas às quais sou grata e perceber que existem muitas delas. Com toda certeza, eu jamais teria conseguido chegar até aqui sem o apoio e o amor de tanta gente, que me fortalece não somente no ambiente acadêmico mas na vida como um todo.

Primeiramente, minha eterna gratidão à minha família: aos meus pais, Eveli e Francisco, aos meus irmãos, sobrinhos, primos, tios e avó Aurora. Eu não poderia ser mais sortuda por ter vocês ao meu redor. É realmente um privilégio saber que vocês sempre estarão ao meu lado, incentivando-me e torcendo por mim. Saibam que eu amo vocês!

Mesmo com tanta gente, deixo um agradecimento especial à minha mãe: você foi a minha maior força e inspiração para escrever este trabalho. Tenho muito orgulho de ser a sua filha e quero muito ser pelo menos um pouco da mulher que você é!

Também tenho um agradecimento à minha gatinha, Frida, que esteve sempre grudada em mim enquanto eu escrevia (incluindo agora). Seus ronrons melhoram tudo!

Minha eterna gratidão às minhas amigas Gabi e Thami, que nestes últimos quatro anos tornaram tudo muito mais leve e divertido. Eu não teria conseguido escrever este trabalho se eu não tivesse ouvido os conselhos de vocês, que sempre me jogaram pra cima e me mostraram que eu era sim capaz. Amo vocês!

Aos meus outros amigos, os quais seria impossível mencionar todos. Muito obrigada por tudo. Sem a presença de vocês, meu caminho nessa graduação, sem dúvida, teria sido mais árduo. Vocês fizeram (e fazem) toda diferença na minha vida. Vocês são maravilhosos e eu amo vocês!

Também teria sido impossível escrever sem meu orientador, Prof. Dr. Rafael Salatini, que sempre dispôs de muita paciência e sabedoria para me guiar nesse processo de escrita, ensinando-me muita coisa, dando-me muita liberdade e me oferecendo muita segurança, o que foi indispensável. Gratidão!

Ainda, tenho profundo carinho e gratidão pela UNESP, instituição que mudou a minha vida e me proporcionou muitas histórias. Aprendi muito com todos os professores, funcionários e colegas. Foram ótimos anos!

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1963 E 1967.....33
MAPA 2 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1967 E 1976.....34
MAPA 3 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1976 E 1987.....34
MAPA 4 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1996 E O PRESENTE MOMENTO ..35
MAPA 5 - EXPANSÃO DO BOKO HARAM NA NIGÉRIA ENTRE 2009 E 2014 41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 7
CAPÍTULO 01 - O ESTUDO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS 11
CAPÍTULO 2 - UMA BREVE HISTÓRIA DA NIGÉRIA E DO BOKO HARAM 27
2.1 O território nigeriano 27
3.2 Funcionamento político e governo nigeriano 28
3.3 A situação econômica da Nigéria 36
3.4 Cultura e costumes da população nigeriana 38
3.5 Sobre o surgimento e presença do Boko Haram na Nigéria 39
CAPÍTULO 3 - O BOKO HARAM E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO 44
4.1 O sequestro de Chibok 44
4.2 A situação das mulheres na sociedade nigeriana 45
4.3 Outros casos de sequestro pelo Boko Haram 48
4.4 A vida das meninas e mulheres sob Boko Haram 49
4.4.1 Casamentos forçados e a violência sexual 50
4.4.2 As meninas e mulheres usadas em operações de cunho militar 53
4.5 Como a violência de gênero beneficia o Boko Haram 54
4.6 Impacto social da violência de gênero do Boko Haram 60
CONSIDERAÇÕES FINAIS 63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar e analisar a violência de gênero praticada pelo grupo terrorista Boko Haram, que foi fundado na Nigéria, país onde possui presença significativa e condições que permitem o crescimento e permanência do grupo. A pauta sobre violência de gênero é algo bastante recente em discussões da agenda internacional, sendo uma questão existente tanto no âmbito público como privado. Tratando-se de uma prática recorrente, esse tipo de violência será analisado em contextos de conflito provocados pelo Boko Haram.

A partir do ano de 2009, o Boko Haram se tornou mais violento, proferindo ataques a vilas inteiras, saqueando a população, violentando as meninas e mulheres e as raptando. Essa violência mais predominante contra um gênero específico, estimulada por valores distorcidos do islamismo, impactam toda a comunidade, levando não só à destruição física do espaço, como também a traumas psicológicos, fortalecidos por estigmas sociais. Mesmo quando libertas, essas meninas e mulheres (assim como suas famílias) carregam as cicatrizes das brutalidades sofridas. O Boko Haram se beneficia muito cometendo tais atos de violência contra elas.

Assim, o primeiro capítulo está envolto dos estudos de gênero nas Relações Internacionais, bem como a violência de gênero (seja ela em diversos âmbitos) e também sobre a violência sexual em situações de conflito. Inicialmente, cabe contextualizar a respeito do início dos estudos de gênero no campo das Relações Internacionais, que se trata de uma discussão bastante recente e que aborda diversos pontos relacionadas ao gênero, incluindo a violência contra mulheres e meninas.

O estudo de gênero nas Relações Internacionais tem se desenvolvido e ganhado destaque ao longo das últimas décadas. Entretanto, mesmo que esse fato não deva ser desconsiderado, há ainda muito a ser feito sobre a questão, a qual ainda possui muitos problemas que precisam ser melhor discutidos, para que um maior número de pessoas obtenha benefícios em diferentes áreas, tal qual a área da segurança, com a elaboração de políticas mais resolutivas.

Sobre isso, não se pode desprezar a violência de gênero, a qual resulta em maior prejuízo para as mulheres e meninas, existente tanto no âmbito público como no privado. A violência de gênero é observada em todo o mundo, possuindo diversas variáveis, como as que envolvem cultura e etnia. O estudo de gênero passou a fazer parte dos Estudos das Relações Internacionais com o Terceiro Debate, com a presença de estudiosas feministas.

Assim, a violência de gênero também se mostra presente em situações de conflito. A pauta da discussão dessa violência nessas situações é ainda algo mais recente e menos desenvolvido dentro do estudo de questões de gênero no campo das Relações Internacionais. Ainda que tenha ganhado notoriedade e tenha recebido definições e resolutivas, há estudiosas que fazem críticas sobre como estas são construídas, considerando que muitas das resoluções obtidas em conferências e convenções de organizações internacionais não contemplam diversos casos. O motivo seria que estas acabam por ser elaboradas sob um olhar europeu, branco e ocidental, sendo assim desvantajosas para o chamado "Sul global".

Dentre os diversos casos do uso da violência de gênero em situações de conflito, pode-se citar o grupo terrorista Boko Haram. O segundo capítulo visa esclarecer como o grupo consegue atuar de forma tão impactante no mais populoso e mais rico Estado do continente africano. Para se entender sobre a questão do surgimento e permanência do Boko Haram na Nigéria, ainda que o grupo também atue em outros países africanos em menor escala, precisa-se contextualizar sobre aquela nação.

A Nigéria é o país mais populoso e mais rico do continente africano, porém com níveis altos de pobreza, desigualdades e corrupção, vindos de um passado conturbado, de independência e democracia recentes, que afastam grande parte dos nigerianos de serviços básicos, como eletricidade, água potável, alimentos, saúde, educação, etc. Todas essas características acabam por impulsionar a entrada de muitas pessoas, principalmente homens jovens, no grupo, buscando melhores condições de vida, ainda que esse número de pessoas seja uma parte muito pequena da população.

Por fim, o terceiro capítulo, expondo e analisando notícias e relatos fáticos, exibe ações violentas do Boko Haram contra meninas e mulheres nigerianas, o motivo dessas ações serem realizadas, como não afetam somente elas, mas toda a sociedade, e como o grupo se beneficia disso para existir.

Analisando-se os ataques e atitudes do grupo contra as meninas e mulheres nigerianas, pode-se notar como a violência contra elas afeta a todos. Vilas e cidades inteiras são atacadas, mulheres e meninas são raptadas, forçadas a se casar com membros do Boko Haram, vendidas como mercadorias e escravizadas. Dessa forma, o presente trabalho aborda como esse grupo terrorista se utiliza da violência contra meninas e mulheres de forma estratégica.

Quando sequestradas e mandadas para acampamentos, as meninas e mulheres são forçadas a realizar tarefas domésticas, como cozinhar para os membros do grupo. Como também são forçadas ao casamento, levando em consideração que muitos dos membros já

ingressam ao Boko Haram sob a promessa de ganhar uma esposa, sendo esta, inclusive, uma forma do grupo adquirir novos membros.

Outra função imposta a elas é a militar: muitas das meninas e mulheres são forçadas a matar pessoas tidas como inimigas do grupo e também auxiliar ataques e saques em vilas, além de "treinar" novas meninas raptadas. Ainda, existem dezenas de casos em que garotas foram obrigadas a se tornar meninas-bomba, explodindo lugares como mercados, sendo elas escolhidas, sobretudo, pelo fato de que levantariam menos suspeitas, aumentando a chance de sucesso do ataque.

Em vários dos ataques realizados, como o de Chibok, no qual dezenas de meninas em idade escolar foram raptadas e enviadas para um acampamento do grupo, tanto garotas cristãs como muçulmanas foram levadas. Entretanto, as cristãs foram forçadas a se converter ao islamismo e a estudar o Corão. Caso essas ordens não fossem cumpridas, as meninas seriam assassinadas.

Dentro da violência de gênero, é importante se destacar a violência sexual, que acaba por ser muito utilizada pelo Boko Haram. Essa violência deixa uma cicatriz muito grande por onde passa e é amplamente difundida pelos terroristas. Tal violência é uma das mais cruéis formas de ação do Boko Haram. Não somente meninas e mulheres sofrem as consequências ao redor disto, mas toda a sociedade nigeriana.

O medo de que as meninas e mulheres sejam raptadas e estupradas causa terror em muitas vilas e aldeias nigerianas, havendo fuga da população para áreas mais seguras, gerando deslocamentos internos. Além disso, cabe ressaltar que, em muitos casos, a violência sexual resulta em gravidezes indesejadas, as quais podem acabar na busca por procedimentos clandestinos de aborto (que colocam a vida das mulheres em risco) ou em crianças sendo rejeitadas, tanto por seus familiares como também pela sociedade em que vivem, sendo vistas como inimigas.

Além das crianças, as mulheres vítimas desse tipo brutal de violência são igualmente condenadas socialmente. Por já terem tido relações sexuais, ainda que de forma não consensual e com grande crueldade, as vítimas passam a serem vistas como "não puras" e, dessa forma, como não adequadas para o casamento, sendo rejeitadas. Em alguns casos, as mulheres, mesmo após todo o sofrimento pelas quais já enfrentaram, ainda sofrem agressões de membros da família e da comunidade por terem sido violentadas sexualmente.

Ademais, dentre as consequências da violência sexual cometida pelo Boko Haram, deve-se observar a saúde das vítimas, tanto física quanto psicológica. Muitas das violentadas são contaminadas com infecções sexualmente transmissíveis, além de mutilações e agressões

(que também podem levar à morte). Os danos psicológicos são incalculáveis, algumas das vítimas podendo desenvolver diversos traumas, como também a síndrome de Estocolmo. O Estado da Nigéria não demonstra capacidade efetiva para ajudar as vítimas. Sobre a saúde mental, a ajuda psicológica é bastante negligenciada, de modo que muitas das meninas e mulheres conseguem ajudas de outras formas, como através de instituições religiosas.

Com isso, diante de todas as ações violentas do Boko Haram, sobretudo as direcionadas contras as meninas e mulheres, o presente trabalho busca expor o uso da violência de gênero pelo Boko Haram como não sendo apenas uma consequência de seus ataques como um todo, mas planejada, buscando apresentar ao redor desse recorte o estudo do gênero nas Relações Internacionais e como a história e administração do Estado da Nigéria favorecem a criação e atuação do Boko Haram.

CAPÍTULO 01 - O ESTUDO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para se compreender questões envoltas de gênero e terrorismo, precisa-se entender como o gênero foi fortemente apagado nos estudos sobre o terrorismo (BANKS, 2019) e também nos estudos das Relações Internacionais. Iniciando-se uma discussão sobre gênero, Sjoberg e Gentry (2011) apontam que gênero e sexo, mesmo sendo muitas vezes utilizados como termos sinônimos, não possuem o mesmo significado. Para as autoras, "sexo" se relaciona às características biológicas de feminino e masculino, enquanto "gênero" se relaciona com o comportamento que socialmente se espera de indivíduos com o sexo "masculino" ou "feminino", podendo ser estereotipado.

Dessa maneira, quando se enxerga através das "lentes de gênero", pode-se focar especificamente em como o gênero atua numa relação de poder e como participa de processos internacionais. Essas "lentes" também visam focar na posição social desigual do gênero feminino e suas consequências (SJOBERG & GENTRY, 2011). Sendo assim, estudiosas feministas, ao falar sobre gênero, não se referem às características biológicas do ser humano, mas sim às características culturalmente moldadas e definidas do que é feminilidade e masculinidade, podendo variar conforme culturas de diferentes lugares, porém, na maioria destas, as diferenças de gênero significando desigualdade para as mulheres e dominação masculina (TICKNER, 1992).

Assim sendo, conforme define Monte (2010, p. 08):

> Gênero é, antes de tudo, uma categoria relacional, referente aos pressupostos sociais, que constituem, ou constroem, as diferenças entre homens e mulheres. Ou seja, é a significação que se dá às diferenças biológicas entre os corpos humanos – a interpretação é dada por vezes como "diferenciação sexual".

Além disso, o gênero oferece a atribuição de que essa conceitualização não teria como único objetivo diferenciar os corpos masculinos dos corpos femininos, mas sim "dar sentido ao mundo" e dar "significado ao poder em parte da sociedade humana" (MONTE, 2010).

Dentre as estudiosas feministas, há as que fazem um paralelo entre a violência doméstica e o terrorismo. Matuella (2017) informa, sobre esse paralelo, que o movimento das mulheres e a teoria feminista rompe com o que seria caracterizado como "público" ou "privado", sendo aquele que é pessoal em oposição a algo político. Matuella (2017) classifica que essa abordagem coloca a violência contra a mulher como sendo uma responsabilidade

pertencente a todos, não fazendo diferença se a ação aconteceu em ambiente doméstico ou público, dentro do Estado ou fora, internacionalmente.

Sob essa concepção, conforme afirma Matuella (2017, p. 1.283), esse pensamento "expandiu-se para as diversas outras formas de violência, como, por exemplo, mulheres em detenção e durante conflitos armados". Sobre a violência contra a mulher e a presente abordagem:

> A questão da violência contra a mulher, principalmente em conflitualidades violentas, ocorre predominantemente no Sul global, onde se evidencia uma maior quantidade e/ou ocorrência dos conflitos – internos ou internacionais – tanto histórica quanto atual. Dessa forma, Mohanty (2008) também afirma ser importante "interpretar e teorizar a violência masculina, nas sociedades específicas em que elas ocorrem para assim compreendê-las melhor e ser possível determinar de forma mais eficaz sua transformação" (apud MOHANTY, 2008, p. 07).

A respeito disso, Lopes (2010) afirma que, apesar de comunidades inteiras sofrerem com conflitos armados e terrorismo, as meninas e mulheres são mais afetadas em razão dos seus *status* na sociedade. Ainda, estupros sistemáticos são usados como uma tática de guerra e terrorismo. Além do mais, a violência contra as mulheres e a violação dos direitos humanos contra elas são vivenciadas por mulheres de todas as idades (LOPES, 2010).

De acordo com Erazo e Almeida (2016), o feminismo surge com a modernidade, sendo tanto uma corrente de pensamento como um movimento social que questiona a validez do sistema patriarcal e as suas consequências para as mulheres. Conforme palavras de Matuella (2017, p. 1.279), "a principal preocupação para a teoria feminista é explicar a subordinação das mulheres e a assimetria entre homens e mulheres nas posições sociais, econômicas e políticas, e, assim, encontrar soluções para essa problemática".

Assim, de forma geral, os feminismos buscam promover a igualdade e a emancipação dos indivíduos e diminuir a violação dos direitos das mulheres e a sua falta de acesso a direitos. Assim sendo, o feminismo busca garantir a liberdade, a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero nos âmbitos políticos, sociais e econômicos (ERAZO & ALMEIDA, 2016).

Matuella (2017) versa ainda sobre as ondas do feminismo. Segundo a autora, a primeira onda do feminismo teria ocorrido no final do século XIX e início do século XX, com a organização de grupos de mulheres, sendo movido pela reivindicação dos direitos civis e pela busca do fim da exclusão das mulheres na vida política, sendo um movimento conhecido como mais especificamente como sufragismo.

Já a segunda onda, ocorrida entre as décadas de 1960 a 1990, se deu pela percepção das mulheres de que seus papéis em outros grupos de libertação (como nacionalismo, comunismo e anarquismo) eram subordinados aos papéis masculinos. Com isso, muitas dessas mulheres migraram para grupos de libertação específicos para mulheres. Conforme palavras de Matuella (2017, p. 1.279), "mesmo não tendo uma ligação transnacional direta, esses novos grupos formados foram de extrema importância para uma futura interação entre fronteiras".

A terceira onda, ocorrida a partir da década de 1990, resultou numa divergência de pensamentos nos estudos de gênero e na teoria feminista das Relações Internacionais, havendo uma busca pela "homogeinização de suas demandas compatíveis com Direitos Humanos Universais". Conforme classifica Matuella (2017), essa homogeneização, apesar de efetiva, enfrenta desafios tanto no estudo de gênero e em sua teorização em Relações Internacionais como também na caracterização dessas normas como sendo de Primeiro Mundo:

> Pressupor "mulheres" como um grupo já constituído e coerente, com interesses e desejos idênticos sem importar a classe social, a localização ou as contradições raciais ou étnicas, implica uma noção de diferença sexual ou de gênero, ou uma noção de patriarcado que pode ser aplicada de forma universal e a todas as culturas (apud MOHANTY, 2008, p. 1.281).

Avaliar-se-á, mais a frente, inclusive, como a "caracterização dessas normas como sendo de Primeiro Mundo" é visível inclusive em Resoluções propostas por organizações internacionais.

Judith Ann Tickner, no livro *Gender in international relations feminist*, de 1992, aborda brevemente algumas vertentes de pensamento feministas que podem impactar o estudo das Relações Internacionais. Tickner observa que a maior parte do conhecimento sobre o comportamento dos Estados no sistema internacional é advindo do estudo das experiências de homens, ignorando mulheres e o potencial resultante do estudo delas. Por outro lado, ao se observar também as experiências femininas, Tickner afirma (1192, p. 14, tradução nossa):

> No entanto, as teorias feministas devem ir além de injetar as experiências das mulheres em diferentes disciplinas e tentar desafiar os conceitos centrais das próprias disciplinas. Conceitos centrais para a teoria e a prática das relações internacionais, como poder, soberania e segurança, foram enquadrados em termos que associamos à masculinidade. Basear-se em teorias feministas para examinar e criticar o significado desses e de outros conceitos fundamentais para a política internacional pode nos ajudar a reformular esses conceitos de maneira que nos permita ver novas possibilidades para resolver nossas inseguranças atuais. Sugerindo que o pessoal é político, as

> acadêmicas feministas chamaram nossa atenção para as distinções entre público e privado na política doméstica: examinar essas distinções artificiais de fronteira na política doméstica poderia lançar uma nova luz sobre as fronteiras internacionais, como aquelas entre anarquia e ordem, que são tão fundamentais para a estrutura conceitual do discurso realista.

Além disso, para Tickner (1992), o fato do estudo das Relações Internacionais ter demorado tanto para abordar as questões de gênero não está relacionado com a afirmação de que o campo das Relações Internacionais seria neutro, fazendo com que as questões de gênero se tornem irrelevantes, mas sim o fato de que tal campo é uma área tão masculinizada que os trabalhos sobre gênero estariam escondidos.

Nas Relações Internacionais, o estudo sobre questões identitárias passa a ganhar importância com o chamado terceiro debate teórico, com a abordagem feminista para a disciplina (MONTE, 2010), sendo uma questão bastante ignorada pelas correntes de pensamento mais tradicionais, como a realista, a liberal e a marxista. Apesar disso, conforme Tickner (1992), as questões de gênero, mesmo que tenham ganhado esse destaque durante o debate teórico mais recente, ainda permanecem marginalizadas ao longo dos estudos.

Dentre os estudos feministas, aborda-se importantemente a violência contra a mulher. Erazo e Almeida (2016) colocam que esse tipo de violência é culturalmente considerado como algo normal, rotineiro, sendo firmemente interiorizado na sociedade. As autoras classificam que a violência contra a mulher possui certas particularidades, não existentes em outras formas de violência, sendo originada nos mecanismos de legitimação do modelo de dominação patriarcal, os mesmo que molda as condições de gênero e sexo. Um modelo de dominação que considera as mulheres como seres inferiores, propriedade dos homens, a quem devem obediência.

Além disso, a violência contra as mulheres é perpetrada por inúmeros níveis e autores, os quais variam desde amigos, família, Estado, pessoas que não possuem qualquer tipo de vínculo com a vítima e outros. Da mesma forma, o espaço onde ocorre a violência pode ser tanto público como privado, podendo ser na própria casa das vítimas, escolas, ruas, locais de trabalho, zonas de conflitos e em outros muitos lugares, conforme já mencionado (ERAZO & ALMEIDA, 2016).

As mulheres estão sujeitas a violência em todas as fases de sua vida, até mesmo antes de nascerem; porém, alguns tipos de violência são mais marcantes em determinadas idades, ainda que outras formas de violência possam vir a acontecer concomitantemente. Erazo e Almeida (2016) citam alguns exemplos dessas violências mais marcantes nessas fases, como a mutilação genital feminina, o casamento precoce e abusos ao longo da infância. Estupros e

casamentos forçados são muito visíveis na adolescência. Ao longo da fase de idade reprodutiva, sobretudo, além das já vistas na adolescência, há também agressões de parceiros, abuso econômico e violência política. Por fim, quando mais velhas, as mulheres ficam mais sujeitas a abusos econômicos.

Ainda, o grau e a forma de violência podem variar conforme diversas condições, a exemplo do pertencimento a minorias étnicas, sexuais e raciais e a presença de deficiências físicas ou mentais. Lopes (2010) coloca como o contexto cultural ou questão cultural muitas vezes são deixados em segundo plano. Para ele, a cultura de um local exerce uma pressão sobre as demais características que pode falir qualquer forma de ação que procure abordar questões de relações igualitárias.

Na Nigéria, por exemplo, conforme Erazo e Almeida (2016), a violência de gênero transcende religião, região e etnia: cerca 35,1% das mulheres Igbo e cerca 34,3% das mulheres Hausa-Fulani já foram afetadas pelo abuso físico e sexual. Ainda, no contexto africano, as culturas das diferentes etnias prevalecem sobre os outros aspectos, incluindo o âmbito da efetivação de direito (LOPES, 2010).

Lopes (2010, p. 122) afirma:

> Podemos considerar que esta situação de desigualdade possui ainda um aspecto cultural, que se fundamenta na visão patriarcal onde o homem tem o poder absoluto, sobretudo, sobre aqueles que se mantêm sob o seu teto e seu olhar vigilante, acentuado ainda pelo exercício deste poder através das mais manifestadas formas de violência.

Entretanto, apesar da violência sexual ser a mais citada, há inúmeros outros tipos de violência que prejudicam mais mulheres do que homens em condições de conflito armado, resultando, inclusive, no fato de que existem mais mulheres e crianças refugiadas por conflitos (LOPES, 2010).

Conforme descreve Tescar (2018), as mulheres enfrentam um tipo de agressão diretamente ligada ao gênero em situações de conflito armado, sendo a violência sexual muito cometida como uma forma de estratégia, sendo enxergadas através de estupros, escravidão, mutilação sexual, prostituição forçada, gravidez, esterilização e o aborto. A violência sexual é utilizada para muitos objetivos, como causar terror, provocar deslocamentos, destruir grupos étnicos, intimidação, punição e retaliação.

Conforme destaca Penachioni (2017, p. 18):

> A violência sexual é usada como forma de dominação, principalmente devido a conceitos culturais com relação ao papel de cada gênero, e também é um ato praticado com a intenção de humilhar uma pessoa, uma família ou uma comunidade, além de ser uma forma de tortura e de punição, praticada especialmente contra grupos inimigos. Alguns grupos a toleram, outros a

> encorajam, mas é sobretudo uma forma de estratégia para alcançar objetivos militares, como uma forma de se alcançar uma "limpeza étnica".

Diante disso, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha passou a adotar a política de presunção da ocorrência de violência sexual, a qual está preparada para prover respostas humanitárias às vítimas até mesmo em casos em que não há alegação de violência sexual, tendo em vista que os casos são bastante subnotificados, sendo díficil a descorberta de números exatos, sobretudo devido ao sentimento de vergonha resultado nas vítimas (MTUELLA, 2017).

Conforme Tescar (2018), a discussão da violência sexual no ambiente internacional ganhou mais atenção nas últimas décadas. Essa maior atenção veio após o amplo uso da violência sexual como estratégia nos conflitos da então Iugoslávia e na Ruanda, ocorridos nos anos de 1990. Esses conflitos serviram para alterar a percepção da violência sexual como uma questão privada, tornando-a também um problema público e político. Dessa maneira, "o paradigma pelo qual era considerada apenas como uma consequência inevitável da situação de conflito e tema pouco discutido transformou-se, o que se refletiu em decisões em foros e tribunais internacionais" (TESCAR, 2018, p. 226).

Tescar (2018) aborda como a violência sexual deixa consequências de longo prazo para as vítimas e para o grupo social ao qual pertencem. Dentre as principais consequências de longo prazo, a autora menciona estresse pós-traumático, ansiedade e depressão, que podem levar ao suicídio. Além das complicações psicológicas, existem também as físicas, que podem causar lesões permanentes ou até mesmo causar a morte. É preciso considerar também que espancamentos, mutilações e outras agressões estão presentes em estupros (TESCAR, 2018).

Dentre as consequência da violência sexual, também não pode se desprezar a contaminação de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV, e gravidezes indesejadas (as quais muitas vezes resultam na busca por abortos ilegais e perigosos, colocando a vida da mulher em risco) (TESCAR, 2018).

Ademais, as mulheres vítimas muitas vezes são negadas quando voltam para suas sociedades, sofrendo ostracismo e discriminações, pois passam a ser consideradas impuras e cúmplices dos inimigos, podendo ser rejeitadas até mesmo por suas famílias. Tescar (2018) ainda coloca que, apesar de a violência sexual ser um trauma para todas as suas vítimas, esse sofrimento é ainda mais acentuado em sociedades patriarcais tradicionais, nas quais a castidade da mulher simboliza a honra das famílias. Dessa forma, as vítimas se tornam "impróprias" para o casamento e até mesmo são punidas. Mais especificamente sobre o acesso aos tratamentos médicos após abusos, o fato de a maioria dos médicos serem homens

prejudica que as vítimas façam relatos sobre a violência e busquem ajuda, pois se recusam a conversar com pessoas do sexo masculino (TESCAR, 2018).

A infertilidade é outra consequência física dessa violência, que também afeta o grupo social como um todo, ao impedir que as vítimas tenham filhos que pertençam às suas etnias. Além disso, muitas das crianças frutos de estupros são rejeitadas, vistas como inimigas por não terem sido concebidas conforme as tradições e culturas da sociedade. Envolvendo isso, Tescar (2018) afirma que essas crianças frequentemente não possuem reconhecimento social e legal, podendo até mesmo se tornar apátridas.

Estudando a violência sexual contra homens em conflitos armados, Matuella (2017) afirma que existe uma feminilização do oponente, usando-se violência psicológica e também física, incluindo estupros e até mesmo a castração de homens, como forma de utilizar o poder de gênero e fazer uma dominação simbólica do inimigo. "Assim – afirma a autora –, na codificação da guerra é 'normal' se utilizar de uma posição dominante e supostamente tida como masculina, em relação ao seu subordinado, que é sempre tido como feminino e inferior" (MATUELLA, 2015 p. 1.288).

Sobre isso, afirma Oliveira (2016, p. 14):

> Quando a agressão sexual é cometida contra um civil e não contra um combatente, o corpo da vítima passa a ser local de sacrifício carregando uma mensagem do poder de seus algozes, o terror difundido com essa prática teria maior eficácia de demonstração de poder. A violação de homens e mulheres também traz diferenças, a violação de homens seria uma forma de feminizar seus corpos, diminuí-los à condição de mulher; e a violação de mulheres seria uma forma de destituir e condenar à posição feminina, impor ao corpo feminino a submissão a qual lhe é destinada.

Ademais, esse tipo de violência pode ocorrer por diversos motivos. Pode ser aleatório, sendo um subproduto do conflito, ou pode ser sistemático, com a intenção de desestabilizar a população, destruindo comunidades e famílias, e também para "sufocar" as resistências, levando o medo nas comunidades e/ou grupos armados da oposição. Matuella (2017) também menciona que particularmente em conflitos resultados de questões raciais, tribais e religiosas a violência se torna uma maneira de se concretizar uma limpeza étnica. Como um exemplo dessa afirmação, Matuella cita a violência sexual ocorrida na Bósnia que tinha como propósito causar a fuga da comunidade muçulmana.

Além disso, "casos de mulheres e meninas que foram raptadas para fornecer serviços sexuais para combatentes também podem ser um meio de manifestação da violência sexual em conflitos armados" (MATUELLA, 2017, p. 1.289).

A primeira conceitualização oficial do que é a "violência contra a mulher" foi desenvolvida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) somente no ano de 1994, durante a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Essa definição classifica a violência de gênero como uma ação ou uma conduta determinada por causa de gênero que resulte em morte, danos físicos, sexuais e/ou psicológicos, resultando no sofrimento da mulher, podendo ser tanto no ambiente privado como público (MATUELLA, 2017).

Lopes (2010) afirma que a violência de gênero, sobretudo a cometida contra as mulheres, é uma forma notória de desigualdade, sendo está centrada em uma relação de força, opressão e com valores culturais dominantes em relação a um "sexo contra o outro" (LOPES, 2010).

Matuella (2017) menciona Nadine Puechguirbal, coordenadora da United Nations Action against Sexual Violence in Conflict, que lamenta o fato de que membros de diferentes organizações humanitárias defendem que não é o momento certo para se debater questões ligadas ao gênero, existindo pontos mais importantes que violência de gênero em conflitos a serem discutidos anteriormente. Dessa forma:

> Essas afirmações se tornaram parte de um cenário político de organizações internacionais, e homens e mulheres repetem sem medirem o impacto da perpetuação de estereótipos e preconceitos que retardam o processo em direção à igualdade de gênero. Não podemos permitir que o patriarcado conduza a agenda política e estabeleça normas de gênero que apenas perpetuam a violência, em linguagem e ação (MATUELLA, 2017, apud UNITED NATIONS, 2014, p. 33 [tradução livre]).

Ainda no que se refere à violência contra mulheres em conflitos armados, Matuella (2017) menciona que existem dois elementos que podem ser verificados: a impunidade contra as violações dos direitos fundamentais das mulheres, e também a normalização dessa violência, sendo considerada aceitável no contexto em questão.

Com relação à impunidade, houve um avanço na década de 1990, porém existem muitos casos de violência que não são denunciados por diversos motivos, como o medo ou falta de apoio. Assim, apesar do avanço, a maior parte dos casos ainda termina em impunidade. Matuella (2017) afirma que a preocupação com a violência de gênero em conflitos só existe quando as "tragédias são devastadoras e atingem milhares de mulheres", e, ainda, "que essa preocupação deve ser expandida para casos isolados da mesma forma e na mesma intensidade" (MATUELLA, 2017, p. 1.290).

Sobre a falta de importância dada ao tema da violência contra as mulheres em conflitos armados, a autora menciona o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), o

qual faz a afirmação de que existem regras no direito internacional para a prevenção da violência contra a mulher em conflitos armados, mas há falhas na implementação dessas regras. Assim, as mulheres sofrem de maneira desproporcional e massiva em períodos de conflitos com relação aos homens (MATUELLA, 2017, apud AMNESTY INTERNATIONAL, 2005, p. 68).

Voltando a tratar sobre os estudos sobre gênero e Relações Internacionais, Monte (2010) afirma que localizar o gênero "nas" Relações Internacionais também significa localizar o gênero "das" Relações Internacionais. A autora classifica que o conceito tradicional de segurança não é neutro, sendo masculinista e privilegiando a elite de homens. De acordo com a autora, ainda, o masculinismo seria o privilégio masculino na ordem entre os gêneros, assim, não depende do gênero dos indivíduos que participam das dinâmicas masculinistas, podendo ser, inclusive, mulheres.

Com isso, os indivíduos associados com a masculinidade são privilegiados nos estudos relacionados à segurança estatal em narrativas políticas, sociais e culturais. Afirma-se que "ignorar a existência dessas narrativas, ou construir interpretações sobre a realidade da política estatal e internacional que as ignora, reforça normas e práticas que estabelecem relações assimétricas entre homens e mulheres, privilegiando os primeiros" (MONTE, 2010, p. 48).

Conforme Scholz (2018), pode-se notar como o tema da discussão de gênero nos estudos das Relações Internacionais recebe um tratamento negligenciado, havendo uma hierarquização que enquadra temas e objetos de estudo "masculinizados" como sendo superiores. Dessa forma, as estudiosas feministas das Relações Internacionais têm como objetivo desconstruir essa hierarquização. Com o rompimento dessa lógica, temas pertinentes que envolvem gênero seriam mais evidenciados, como, por exemplo, a já mencionada violência sexual como uma forma de estratégia.

Ainda, a simples inserção das mulheres nas temáticas estudadas nas Relações Internacionais não é suficiente: é necessário que os conceitos em questão sejam estudados nas disciplinas. Dessa maneira, a autora classifica que as teorias feministas têm a função de fomentar discussões e novos temas, tendo contribuído para a resolução de diversos problemas tanto no ambiente doméstico quanto no ambiente internacional (SCHOLZ, 2018, p. 04).

Diante disso, Tickner (1992) visa questionar de que forma o estudo da temática da segurança internacional seria alterado caso fossem o indivíduo, o sistema internacional e os Estados estudados não somente através sob o comportamento dos homens, mas também considerando as experiências das mulheres. Assim, afirma Tickner (1992, p. 24):

> Embora as mulheres tenham se envolvido menos diretamente na violência internacional como soldados, suas vidas foram afetadas pela violência doméstica nas famílias, outro espaço desprotegido, e pelas consequências da guerra e pelas prioridades políticas das sociedades militarizadas. Certas feministas sugeriram que, por causa do que veem como uma conexão entre sexismo e militarismo, a violência em todos os níveis da sociedade está inter-relacionada, uma afirmação que põe em questão a suposição realista da distinção anarquia/ordem.

Sobre a segurança e as mulheres em nível global, Matuella (2017) menciona sobre a existência das TANs (transnational advocacy networks[1]). As TANs, conforme é definido por Matuella, seriam uma organização que, através da comunicação, permite trocas voluntárias relacionadas a objetivos comuns. Conforme as palavras de Matuella (2017, p. 1.278):

> Devido às diferentes reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres do Norte ao Sul global, os diálogos desenvolvidos através de tais redes buscam constituir uma agenda que seja globalmente representativa e exerça influência e pressão sobre diversos atores do sistema internacional, principalmente ONU e Estados nacionais.

Assim, há TANs que envolvem empenho para a inserção das questões do direito das mulheres na agenda internacional, considerando diferenças regionais, além do desenvolvimento de diretrizes institucionais e políticas em busca também de mudanças nos comportamentos dos Estados e de organizações, sejam elas locais ou internacionais.

Entre os anos de 1975 e 1985, três conferências internacionais foram primordiais para que os direitos das mulheres avançassem no direito internacional, sendo esse período considerado a "Década da Mulher", devido um aumento da atenção para a problemática dos direitos das mulheres na agenda internacional. Tais conferências ocorreram na Cidade do México (1975), Copenhague (1980) e Nairóbi (1985). A Conferência de Cidade do México gerou um debate entre diferentes demandas de grupos feministas pertencentes ao Norte e ao Sul global.

Além destas três conferências internacionais, Matuella (2017) alude sobre a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ocorrida no ano de 1979 e entrada em vigor no ano de 1981, a qual não menciona de maneria nítida a violência entre meninas e mulheres, sendo feitas somente considerações gerais sobre a discriminação contra as mulheres, demonstrando como a temática da violência contra mulheres ainda não era um assunto de grande relevância na agenda interncional.

[1] Alexandra-Maria Bocşe (s/d) define as transnational advocacy networks como um conjunto de atores que trabalham internacionalmente ao redor de um problema, através do compartilhamento de valores, discursos e informações. Ainda, as ações promovidas pelos atores, os quais são muitas vezes referidos ativistas ou defensores, são motivados por uma dedicação intelectual e emocional.

Em 1980, durante a Conferência de Copenhague, segunda conferência que constituiu a "Década das Mulheres", foi abordada a violência familiar, sobretudo contra mulheres e crianças no ambiente familiar. Por fim, durante a Conferência de Nairóbi, foram feitas pela primeira vez recomendações diretas e claras a respeito da violência contra as mulheres, havendo convergências entre grupos de mulheres de todo o mundo sobre a problemática.

Dessa maneira, ainda conforme Matuella (2017), a terceira e última conferência internacional da "Década das Mulheres" teve como resultado o primeiro passo para início da temática da violência contra as mulheres na agenda internacional, desencadeando mudanças nos discursos dos governos e aproximando grupos de mulheres que trabalhavam com essa questão.

Além das citadas, há ainda a Conferência de Viena, ocorrida em 1993, na qual ficou evidente a proximidade entre grupos de mulheres e o fortalecimento de TANs que, conforme palavras de Matuella (2017, p. 1.284), estavam "clamando atenção para suas demandas e delimitando agendas para Estados e organizações internacionais, na mesma medida em que incitaram uma associação entre os grupos de mulheres com os grupos de Direitos Humanos". Então, através da realização de ações globais e regionais, além da escuta de diversas mulheres e também *lobbying*[2], mulheres pertencentes tanto ao Sul como ao Norte conseguiram incluir os abusos contra as mulheres como um direito humano fundamental.

A Conferência de Viena tentou conciliar as diversidades entre os movimentos das mulheres e estimular as alianças globais através das agendas e dos objetivos comuns destas, buscando com que os movimentos fossem observados e fossem criados critérios para prestação de contas por parte dos Estados. Em suma, a Conferência de Viena possibilitou que a temática da violência contra a mulher fosse de fato inserida na agenda internacional (MATUELLA, 2017).

Ainda, a temática da violência contra a mulher, após não ser abordada nas já mencionadas Conferência do Ano Internacional da Mulher no México, em 1975, e Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979, foi bastante discutida em 1995, durante a Conferência de Pequim, sendo um dos tópicos mais discutidos e o que mais recebeu atenção na elaboração do documento final. Isso seria uma grande demonstração de como a temática ganhou certa importância na agenda internacional em vinte anos, gerando conscientização e atenção. O avanço dos direitos das mulheres no

[2] *Lobbying*, na ciência política, conforme definido por Rez (2017), é a influência em determinados procedimentos de tomada de decisões políticas, feita conforme orientações e interesses, que podem ser sociais ou econômicos. Também pode ter a definição de uma atividade de pressão a grupos com a intenção de interferir em decisões.

contexto dos direitos humanos levantou debates sobre as diferenças desses movimentos nos contextos de Norte e Sul globais (MATUELLA, 2017).

Mesmo assim, para Matuella (2017), existe uma discrepância entre o que existe nos discursos dos direitos humanos e a experiência real vivenciada pelas mulheres, sobretudo as que pertencem ao Sul global. A autora classifica que a maior busca para a introdução da temática da violência contra as mulheres de forma relevante foi feita principalmente por mulheres do Sul global, sobretudo as da América Latina e Ásia, tendo em vista que a discriminação e a desigualdade eram temáticas buscadas primordialmente pelos países centrais, como os Estados Unidos e países europeus.

Ainda sobre as TANs, Matuella (2017) classifica que estas ainda estão absorvendo a inclusão de demandas na abordagem dos direitos humanos, tendo, inclusive, ativistas que querem reformular os direitos das mulheres inserindo estes como uma questão de saúde sob a justificativa que, dessa forma, haveria uma maior conscientização e um melhor desenvolvimento de técnicas para se tratar vítimas, fato de extrema importância quando se considera a violência contra as mulheres em contextos de conflitos armados.

Ainda nesse contexto, a autora expressa que, mesmo com o fim dos conflitos armados, as mulheres ainda passam por desafios: muitas delas continuam sofrendo com violências. Além disso, muitas enfrentam a carência financeira e de outros recursos (que pode estar relacionada com a perda de um companheiro, conforme muitas sociedades), induzindo as mulheres à prostituição para que consigam suprir suas necessidades básicas, como comida, moradia e locomoção. Há também os casos em que a violência sofrida por elas resulta em discriminações e expulsões de suas sociedades, conforme já abordado (MATUELLA, 2017).

Conforme explicita Matuella (2017, p. 1.291):

> A violência contra a mulher em conflitos armados representa a desigualdade de gênero durante os tempos de paz. É possível analisar que os principais crimes de guerra relacionados com a violência contra a mulher que alcançaram notoriedade foram os que atingiram centenas de milhares de mulheres. As percepções de cumprimento da lei e punições devem ser compreendidas para a valorização de cada mulher, individualmente.

A falta de interesse que ainda persiste na adesão da temática da violência contra mulheres na agenda internacional, sob a visão de Matuella (2017, p. 1.284), pode ser resultada do

> fato de que a discriminação e desigualdade eram as principais lutas dos movimentos na Europa, nos EUA e no sistema da ONU, o que muitas vezes não representava as demandas dos grupos do Terceiro Mundo, focados principalmente para a questão da violência. Após a Conferência de Nairóbi, em 1985, percebeu-se grande pressão em

> relação à incorporação da temática da violência contra a mulher como problemática institucionalizada. Tanto que, em 1987, a ONU organizou uma reunião e autorizou um estudo sobre "Violência contra a mulher na Família". Essa foi a primeira ação concreta da ONU, específica sobre a questão da violência.

É interessante destacar que, ainda conforme Matuella (2017), com a difusão de novas tecnologias, como a internet e o fax, a participação de grupos de mulheres (além da comunicação entre esses grupos) foi extremamente facilitada nas conferências internacionais, fato que ajudou na inserção dos direitos das mulheres na agenda internacional, com a integração de temas que fazem parte da violência de gênero como o estupro, escravidão sexual e o assédio.

Sobre as TANs, estas possuem cinco etapas, alcançadas conforme a realização dos objetivos. A primeira dessas etapas é a criação da problemática e definição de agenda, a segunda é a influência sobre a posição discursiva de Estados, organizações regionais e internacionais, seguida da influência em procedimentos institucionais, tendo em sequência a influência na mudança de política de determinados atores (estatais, intergovernamentais ou privados) e, por fim, influência no comportamento dos Estados. Após a Conferência de Viena, as duas primeiras dessas etapas já haviam sido alcançadas (MATUELLA, 2017).

Conforme Traboulsi (2018), foi adotada no ano de 2000 a Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança, pelas Nações Unidas. A Resolução 1325 foi a primeira a vislumbrar como as mulheres são impactadas em conflitos armados, sobretudo com relação à violência sexual. Tal resolução também observa a atuação de mulheres em papéis de liderança, manutenção e construção da paz e também na tomada de decisões, além da necessidade de adoção de ações que promovam o direito internacional e os direitos humanos, protejam mulheres contra abusos sexuais em cenários de conflito e a responsabilidade em acabar com os responsáveis pelos genocídios, crimes contra a humanidade e de guerra, entre eles a violência sexual (TRABOULSI, 2018).

Tal resolução reconhece que as mulheres são impactadas de maneira diferente em situação de conflitos armados, sendo necessária uma maior presença das mulheres na construção do processo de decisões. Além disso, a resolução determina que todos os Estados possuem a obrigação de acabar com a impunidade e processar responsáveis por genocídios, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, incluindo os que sejam associados ao sexo e a violência contra as mulheres e meninas e também buscar excluir esses crimes de serem anistiados (MATUELLA, 2017; TRABOULSI, 2018).

Além da Resolução 1325, outras quatro foram ratificadas em seguida, com o objetivo de aprimorar a primeira e defender os direitos das mulheres. Em 2008, surge a Resolução 1820, colocada por Traboulsi (2018) como "a segunda geração desses documentos". Essa resolução afirma que a violência sexual sofrida por mulheres em cenários de conflito não é uma simples consequência do conflito, mas sim uma maneira pela qual o "inimigo" busca atingir seus objetivos, sendo enxergada como uma tática de guerra, uma arma de guerra proibida (TRABOULSI, 2018).

Dessa maneira, a Resolução 1820, conforme Traboulsi (2018, p. 22), considera que "a violência sexual ou qualquer violação à mulher e ao seu corpo pode impedir a restauração da paz e da segurança internacional, passando a ser adotada como um assunto da agenda do Conselho". Com isso, a violência sexual nessas circustâncias se torna um assunto de segurança internacional, sobre o qual todos os Estados precisam se atentar. Em 2009, são assinadas outras duas resoluções relacionadas à violência sexual, sendo a Resolução 1888 e Resolução 1889, além da Resolução 1960, no ano de 2010. A maior busca dessas resoluções é reforçar as recomendações feitas nas resoluções anteriores e encorajar que os Estados as implementem (TRABOULSI, 2018).

Matuella (2017, p. 1.287), dessa maneira, classifica que:

> a influência de TANs voltadas para as mulheres, em desenvolvimento durante a década da mulher e efetivamente fortalecida durante os anos 1990, trouxe impactos como a colocação da temática na agenda internacional, a mudança discursiva de atores do sistema internacional, bem como a criação de procedimentos institucionais, tanto domésticos quanto internacionais.

Ainda que sejam destacadas as questões positivas ao redor das Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, há também estudiosas que também fazem algumas críticas a respeito destas. Como a feita sobre a Resolução 1325, sobre a qual, embora esta tenha sua importância ao abordar gênero e segurança, Santos, Roque e Moura (2012, p. 167) abordam sobre o fato de que a Resolução é:

> apenas um passo inicial rumo ao reconhecimento das conexões entre gênero, violência e segurança, mas a sua direção não transforma os entendimentos sobre cada um dos conceitos nem as suas articulações no seio das Nações Unidas, dos Estados-membros e das próprias organizações não-governamentais dedicadas às questões de género, nomeadamente os grupos de mulheres.

Outra crítica feita pelas autoras sobre a Resolução 1325 é que esta ignoraria a existência de experiências de mulheres, e também de homens, em diferentes estruturas de diferenciação social, tais como nacionalidade, classe, orientação sexual, idade e etnia. Dessa

forma, conforme descrevem as autoras, essa resolução seria uma reprodução do "feminismo branco, ocidental e heterossexual" (SANTOS, ROQUE e MOURA, 2012, p. 172).

Ainda, as autoras também fazem a afirmação de que:

> As mulheres continuam a ser representadas na RCSNU 1325 e noutros documentos políticos relacionados com a mesma apenas em termos de género. A articulação das intersecções entre gênero e outras categorias sociais e estruturas que influem na opressão, marginalização e violência (incluindo classe, etnia, religião, sexualidade e idade) está completamente ausente e até obstada de forma ativa por essas representações. Este aspeto tem consequências particulares no modo como a agência das mulheres é percebida. […] Uma abordagem feminista crítica deve, por isso, não só exigir que o género (e não as mulheres) se torne parte integral da análise e resolução de conflitos, mas também manter-se atenta às formas como o "género" é usado e com que implicações políticas (SANTOS, ROQUE e MOURA, 2012, p. 181).

Roque (2018, p. 170), assim, busca orientar sobre formas de se mudar esses problemas relacionados às Resoluções do Conselho de Segurança da ONU:

> O que constituiria um passo realmente transformador, do ponto de vista da produção de significados e de políticas transformadoras, seria questionar tanto a noção de conflito armado como a noção de tática ou de estratégia de guerra subjacentes à Resolução, as quais são, na verdade, limitadas e limitativas. Desde logo, reconhecendo que, se a violência sexual, e especificamente a violação, pode ser militarizada, associada a grupos, ideologias e práticas militaristas, os seus objetivos e os espaços em que esta associação se expressa são mais vastos do que aqueles que a Resolução imagina e representa.

É importante ressaltar o ponto de vista de Roque (2018) sobre o fato de as Resoluções do Conselho de Segurança da ONU ignorarem as extensões da violência em determinados contextos, instituições ou grupos. Como exemplo, a autora cita os grupos que possuem atuação ilegítima, como gangues, mas também em grupos com atuação tida como legítima, tais quais exército e escola militares, os quais considera como possuindo nível elevado de violência sexual e discriminação. A autora enfatiza que a violência sexual pode ser utilizada, de maneira normalizadora, como uma forma de disciplinar sujeitos e afirmar posição de poder.

Ainda como crítica às Resoluções do Conselho de Segurança da ONU, Roque (2018) também pondera que estas não consideram "imaginário racializado" e as "as práticas de colonização subjacentes". Assim, ainda afirma a autora, "as Resoluções naturalizam outras formas de violência e dominação que operam à escala global, como a ordem capitalista e neoliberal, o racismo ou novas e velhas formas de colonialismo".

Em suma, dessa maneira, mesmo sendo algo em constante evolução nas últimas décadas, a presença dos estudos de gênero nas Relações Internacionais é algo bastante

recente, e que, de certa forma, ainda enfrenta desafios para se estabelecer, tendo em vista que o comportamento dos Estados acaba por ser analisado se considerando experiências masculinas. A demora para a inserção do estudo de questões de gênero nas Relações Internacionais está relacionada com o fato de que essa é uma área masculinizada, ofuscando as questões relacionadas ao gênero.

Sobretudo em contextos de conflito e terrorismo, temáticas que afetam muitas meninas e mulheres, como agressões diretamente ligadas ao gênero, tais quais violência física, estupros e casamentos forçados, acabam, em várias situações, por não ganhar a devida atenção, mesmo que impactem um número significativo de vidas. Além disso, essas violências, na maioria das vezes, não é uma simples consequência do conflito ou terrorismo, sendo usada de forma estratégica, o que aumenta a importância de se estudar a problemática. Abordagens feministas contribuíram durante o terceiro debate teórico para a inserção da temática sobre gênero nos estudos das Relações Internacionais.

Assim sendo, conforme exposto, mesmo com grandes avanços nos estudos de gênero nas Relações Internacionais, abordando-se diversas temáticas, como terrorismo e violência de gênero, ainda há um longo caminho a se percorrer, sobretudo tendo em vista que existem vários contextos, cenários e culturas que infuenciam o gênero nas mais distintas sociedades ao redor do mundo, não sobressaindo somente estudos envoltos do mundo ocidental. Um olhar mais crítico e cauteloso sobre o estudo do gênero em outros locais, como a África, Ásia e América Latina, ainda se faz bastante necessário.

Diante da discussão sobre terrorismo e violênca de gênero, os próximos capítulos do presente trabalho abordarão essas temáticas relacionadas com o grupo terrorista Boko Haram, o qual atua mais fortemente na Nigéria, no continente africano. As meninas e mulheres são grandes alvos deste grupo terrorista, cujas condutas praticadas, como a violência sexual, abduções, casamentos forçados e uso para ataque suicida contra civis, são algumas das práticas perpetradas contra as meninas e mulheres (PENACHIONI, 2017).

CAPÍTULO 2 - UMA BREVE HISTÓRIA DA NIGÉRIA E DO BOKO HARAM

Para se entender as origens do Boko Haram e como este consegue se manter forte, mesmo já tendo duas décadas de existência oficial é de fundamental importância o entendimento da história nigeriana, sobretudo após o período o qual o país teve colonização britânica, que alterou de maneira bastante acentuada a Nigéria, que se tornou um território com ínumeras culturas e etnias e com a predominância de três religiões, convivendo sob um governo. Ainda, também é necessário estudar a economia e política do país, em conjunto com a sua sociedade.

2.1 O território nigeriano

Antes de se abordar sobre o surgimento e atuação do grupo terrorista Boko Haram, é interessante se fazer uma breve análise sobre o território nigeriano e a sua história. Conforme Falola e Heaton (2008), a Nigéria é um país grande, situado no oeste do continente africano, possuindo "quase o dobro do tamanho da Califórnia e três vezes o tamanho do Reino Unido". Ao sul, a Nigéria faz fronteira com o Golfo de Benin e o Golfo de Biafra, os quais são parte do golfo da Guiné; a leste, o país faz fronteira com Camarões enquanto a oeste a fronteira é com Benin. Ainda, o norte do país faz fronteira com o Níger e há, a nordeste, o lago Chade que separa a Nigéria do país Chade. O extremo norte do país possui um clima semi desértico, o Sahel. O Rio Níger, terceiro rio mais longo da África, é muito importante para a Nigéria, entrando pelo estado de Kebbi e desaguando no Golfo da Guiné.

Toda a diversidade geográfica presente no território nigeriano contribui para a presença de inúmeros recursos naturais, os quais podem ser explorados, como carvão, ferro, cobre, zinco e estanho. Porém, há também no território a presença, ainda que em menores quantidades, de ouro, prata e diamantes. Além disso, o país possui, desde a década de 1970, como principal *commodity* o petróleo. A Nigéria produz uma gama de produtos alimentícios, tanto para consumo interno como para a exportação. Dentre os produtos se destacam o cacau, a banana, a mandioca, o amendoim e frutas cítricas. Há também produtos não destinados à alimentação, como borracha e algodão. A criação de gado é importante para a economia do país, especialmente no norte, podendo-se obter tanto o leite como a carne (FALOLA & HEATON, 2008).

Ademais, a Nigéria tem como característica a presença de grande mão de obra, sendo o país mais populoso da África. Essa abundante mão de obra colabora com a construção civil, manufatura têxtil, produção de couro, barcos, cerveja e de uma gama enorme de áreas

(FALOLA & HEATON, 2008). Falola e Heaton (2008) destacam como a mão de obra em si acabou por ser uma *commodity* (mão de obra escrava), podendo ser comprada e vendida, nos séculos anteriores a 1900, sendo lentamente erradicada no fim do século XIX. Estima-se que em 2019, a população nigeriana esteja próxima de 213 milhões de pessoas (WORLDOMETER, 2019).

3.2 Funcionamento político e governo nigeriano

A Nigéria passou por inúmeros governos ditatoriais de natureza militar, tendo a volta de seu governo democrático no ano de 1999. Apesar dessa retomada da democracia, o país continua sofrendo com uma forte falta de segurança e uma instabilidade interna intensa, marcada por graves desigualdades sociais e uma incapacidade das instituições para suprir bens e serviços básicos para a população. O crescimento econômico observado no país nos últimos anos não foi algo repassado para a maior parte de seus habitantes. A consequência dessa desigualdade é o crescimento exponencial do crime organizado e de grupos radicais islâmicos, que afirmam ter como objetivo o combate à corrupção, o fim das desigualdades sociais, e um protagonismo social e político do Islã (MESTANZA, 2015).

Conforme descreve Mestanza (2015), a “fratura social” nigeriana é fruto de um passado colonial, sendo o sul do país de maioria cristã, mais rica em recursos e com uma população mais culta e educada, contrastando com o norte, onde a maior parte da população é muçulmana, majoritariamente analfabeta, sendo uma região com poucos recursos e maior pobreza. Mais especificamente no nordeste Nigeriano, estão concentradas as maiores taxas de pobreza e é a maior área de atuação do grupo terrorista Boko Haram.

Dessa forma, é importante se estudar sobre a história nigeriana para se compreender o contexto atual, o qual propicia a problemática econômica que influencia o terrorismo, que além de tudo, utiliza da violência contra meninas e mulheres. Começando a abordar a história da Nigéria a partir da colonização britânica, Falola e Heaton (2008) afirmam que a influência e o poder britânicos se tornaram notáveis por volta de meados do século XIX, sendo que no final desse século, circunstâncias resultaram em uma articulação dos interesses britânicos que originaram na ocupação colonial do território que se tornou o Estado da Nigéria. Conforme posto por Falola e Heaton (2008, p. 126, tradução nossa):

> Os interesses britânicos na grande área nigeriana assumiram diferentes formas na segunda metade do século XIX, mas havia um consenso geral de que esses interesses seriam mais bem atendidos por meio do aumento da influência britânica nos assuntos locais das comunidades indígenas. Alguns achavam que seus objetivos poderiam ser alcançados por meio da ação intermediária britânica com líderes indígenas soberanos; outros achavam que

> as circunstâncias poderiam ser melhor alteradas a seu favor por meio de um controle político britânico mais direto.

Nesse caso, conforme Falola e Heaton (2008), um controle político mais direto pelo governo britânico foi a ação mais utilizada, sendo uma ação pressionada, sobretudo, por missionários cristãos, os quais tinham como objetivo uma área antiescravista, o comércio "legítimo" e ideias de "civilização" cristã. Os interesses comerciais britânicos também pressionavam por uma intervenção mais direta do governo britânico, possuindo a intenção de regular a situação resultante da concorrência entre empresas britânicas e as práticas monopolistas de intermediários indígenas, sobretudo nos estados costeiros da Baía de Biafra.

Houve também uma influência política forte: franceses e alemães estavam se aproximando da região. Com isso, de acordo com o descrito por Falola e Heaton (2018, p. 128, tradução nossa), "Os britânicos se viram presos na 'Corrida pela Africa' que ganhou força após a Conferência de Berlim de 1884-[188]5, mais ou menos forçados a assumir o controle direto de toda a área para não perder sua influência dominante em questões comerciais e política a outras potências europeias". Assim, a maior preocupação dos britânicos na época da Conferência de Berlim, em 1884-1885, não era somente como contornar os intermediários costeiros na Baía de Biafra, mas também impedir que os franceses e alemães prejudicassem os interesses britânicos.

De forma simplificada, conforme descrito por Falola e Heaton (2008, p. 109, tradução nossa):

> A colonização colocou sob o domínio exclusivo do Reino Unido estados anteriormente independentes que haviam sido interconectados comercialmente e até certo ponto culturalmente ao longo dos séculos anteriores, mas não experimentaram unificação política de qualquer tipo. O processo de governar o conglomerado de estados que logo se fundiria em uma única Nigéria era, portanto, por necessidade, inorgânico, estranho e transformador. Os povos e instituições da região nigeriana mudaram profunda e permanentemente na segunda metade do século XIX.

A colonização britânica na Nigéria provocou intensas mudanças na sociedade. Conforme Falola e Heaton (2008), na teoria, o governo colonial tinha como principal objetivo alterar apenas os costumes, tradições e instituições que os britânicos consideravam prejudiciais ao progresso nigeriano, mantendo instituições políticas e sociais o mais intactas possíveis, entretanto, na prática, a situação foi muito diferente, havendo mudanças transformadoras em vários âmbitos, principalmente no sul da Nigéria, onde houveram mudanças significativas nas instituições políticas e na economia. Durante o início da colonização, até por volta de 1929, o governo britânico adotou o governo indireto, que seria o

governo através de reis e chefes tradicionais nigerianos. Os governantes nativos que eram insubordinados foram substituídos por outros. Conforme as palavras de Falola e Heaton (2008, p. 175, tradução nossa), “o governo indireto preservou teoricamente as instituições políticas indígenas, mas a natureza dessas instituições foi significativamente alterada pela presença colonial”.

As mudanças políticas e econômicas resultantes da colonização levaram a inúmeras mudanças sociais. Conforme as cidades cresciam, novas classes de elite emergiram, porém frustradas pelas dívidas do sistema colonial. Ainda, os papéis de gênero também se alteravam. Manifestações, protestos e explosões violentas passaram a existir em resposta ao regime colonial que além de racista, era considerado arrogante (FALOLA & HEATON, 2008).

O ano de 1929 foi importante para a história nigeriana, sendo uma época na qual a Nigéria sentiu os efeitos da depressão global. Esse efeito negativo na economia surtiu em uma certa intolerância da população com o regime colonial, impulsionando o surgimento de um movimento nacionalista na década de 1930. Apesar de já existir uma resistência anticolonial desde o começo deste período, foi a partir de 1930 que uma nova geração de ativistas passou a buscar não somente por melhorias locais no regime colonial, mas também a independência da Nigéria do domínio britânico.

Estes movimentos nacionalistas se transformaram em partidos políticos de base regional, cujos membros foram separados por linhas étnicas no início da década de 1950. Dessa maneira, a independência da Nigéria, conquistada em 1960, era fragilizada e unificada por uma constituição federal disputada por diversos grupos étnicos que estavam em busca do controle do governo (FALOLA & HEATON 2008).

Apenas dez anos após a independência, em 1970, a Nigéria já havia passado por corrupção política, subdesenvolvimento econômico e golpes militares. Além disso, entre 1967 e 1970, o país enfrentou uma guerra civil que culminou na morte de entre um e três milhões de pessoas, muitas delas por fome, além de ter fragilizado a união do Estado nigeriano e deixado cerca de três milhões de deslocados. Esta fragilidade seria resultado da forma como a área da Nigéria foi delimitada e das constituições construídas na década de 1950. Dessa maneira:

> A área geográfica hoje conhecida como Nigéria foi criada pela administração colonial britânica em 1914, não pelos próprios povos indígenas. A partir de então, as pessoas dentro das fronteiras da Nigéria eram conhecidas no mundo como "nigerianos", mas na realidade essa designação significava pouco para a maioria das pessoas, cujas vidas continuaram centradas principalmente em comunidades locais que existiram por centenas e milhares de anos. (FALOLA & HEATON, 2008).

Além disso, os maiores grupos étnicos de cada região, como os Hausa/Fulani, Iorubá e Ibo, dominaram as suas respectivas regiões e buscaram o poder federal. Isso desagradou minorias étnicas presentes nessas regiões, criando mais subdivisões de identidade, fato que atrapalhou ainda mais a construção de uma identidade nacional nigeriana (FALOLA & HEATON, 2008).

Toda essa questão culminou com a independência da Região Leste, que passou a ser chamada de República Independente de Biafra. O território ocupado pela República Independente de Biafra detinha cerca de 67% do petróleo da Nigéria. Essa separação gerou a Guerra de Biafra, mas mais comumente chamada de Guerra Civil da Nigéria, que terminou com o colapso e rendição de Biafra em janeiro de 1970 (FALOLA & HEATON, 2008).

Após o fim da Guerra de Biafra, a Nigéria passou por uma rápida reintegração devido aos esforços conjuntos dos nigerianos para deixar o passado para trás. Apesar disso, os militares continuaram no poder do país, não sendo de forma alguma democrático, sendo novamente um governo corrupto. Entre 1970 e 1983, a Nigéria teve três regimes, sendo dois militares e um civil, os quais presenciaram o crescimento da economia do petróleo. Após o final da Guerra de Biafra, a extração de petróleo passou por uma rápida expansão, guiando o "boom" do petróleo do começo de 1970. Em 1974, 82% da receita nigeriana era vinda do petróleo, sendo uma economia dependente desse óleo, tornando-a vulnerável com flutuações (FALOLA & HEATON, 2008).

Entre 31 de dezembro de 1983 e 1999, a Nigéria passou por três regimes militares até novamente ter o poder devolvido para os civis. Durante esses três regimes militares a Nigéria passou por um declínio. Além do declínio econômico, a opressão, a coerção e a corrupção foram presentes. Desde a volta do regime civil, o governo tem tido uma conversa mais aberta com a sociedade civil, buscando reconhecer que as organizações da sociedade civil são importantes para manter a legitimidade, também visando reeleições (FALOLA & HEATON, 2008).

A retomada para a democracia foi longa e desconcertante, tendo as eleições adiadas diversas vezes. Essas mudanças eram acompanhadas de crises, que muitas vezes envolviam o banimento de políticos ou partidos. Apesar disso, a vontade por eleições era forte entre os nigerianos, tendo uma consciência política fomentada pelo próprio governo. O processo transição para a democracia começou em janeiro de 1986. Houve eleições presidenciais em 12 de junho de 1993, entretanto, não resultaram em uma transferência de poder, ainda que isso tenha marcado o início do fim do governo do último governo ditatorial. A anulação dessas

eleições geraram inúmeros protestos pela Nigéria, que foram fortemente reprimidos (FALOLA & HEATON, 2008).

Finalmente, em 1999, houve eleições para as assembleias estaduais, governadores, Assembleia Nacional e a presidência. Embora tenham sido relativamente pacíficas, houve acusações de más práticas eleitorais por parte de todos os partidos. Dessa forma, a real vontade do povo sobre a escolha dos candidatos não foi uma certeza, porém a vontade de terminar o regime militar superou essas questões (FALOLA & HEATON, 2008).

O presidente eleito foi Olusegun Obasanjo, o qual permaneceu no poder por oito anos. Ao longo desse período, mesmo com a Nigéria tendo passado por um crescimento econômico, as comunidades mais pobres e rurais não vivenciaram essa melhora econômica. A Nigéria também não viu grandes avanços em áreas como saúde, educação, energia elétrica, saneamento básico e demais serviços públicos. A corrupção também continuou a ser algo normal (FALOLA & HEATON, 2008). Conforme descrevem Heaton e Falola (2008, p. 235, tradução nossa):

> Embora ele tenha tido algum sucesso em pelo menos retardar o declínio econômico do país, ele não o fez de uma maneira que melhorou os padrões de vida da maioria dos nigerianos. Pouco esforço foi feito sob Obasanjo para resolver os muitos males sociais que continuam a assolar a Nigéria, incluindo tensões étnicas e regionais, e a situação política no delta do Níger degenerou em caos à medida que as pessoas continuam a lutar contra a degradação de suas terras e por uma maior acesso às receitas do petróleo, de formas que se tornaram destrutivas e violentas.

Com a retomada democrática, a Nigéria continuou enfrentando tensões étnicas e religiosas. A maioria dos estados do Norte passou a adotar novas e mais rígidas formas de lei *sharia*. Conforme Falola e Heaton (2008), as fronteiras nigerianas foram demarcadas no ano de 1914, quando o governo colonial britânico unificou os protetorados do norte e sul do país (tais protetorados também foram uma criação britânica). Anteriormente à dominação britânica, os grupos da região onde se localiza a Nigéria se comportavam como governos independentes. Com a dominação, essas sociedades foram adaptadas conforme as necessidades do Reino Unido, de forma que instituições políticas, elites e chefes mantivessem autoridade local enquanto se submetiam à autoridade britânica.

Conforme já mencionado, essa ação do governo britânico causou profundas alterações nas instituições políticas da região, as quais não foram interpretadas da maneira correta pelos colonizadores, prejudicando a atuação das autoridades tradicionais, até mesmo tirando o poder de líderes locais e o atribuindo a figuras que nunca foram autoridades. Normalmente, isso ocorria quando a liderança não correspondia aos interesses britânicos. Ademais, com a

dominação britânica, o cenário onde a região se localiza a Nigéria sofreu grandes transformações: as inúmeras sociedades, que eram independentes e autônomas, foram incorporadas em uma única administração (FALOLA & HEATON, 2008).

De acordo com García (2016, p.58, tradução nossa):

> A formação do estado pós-colonial na Nigéria foi em grande parte dramática, tortuosa e em muitos casos a viabilidade e consolidação das forças internas que mediaram na consolidação desta área foram questionadas. Assim, a variável étnica fez-se sentir com grande força desde a independência deste país, uma vez que a sua construção se baseou numa amálgama de culturas justapostas cujo modo de organização foi formalizado a partir do estabelecimento da tutela colonial pela Grã-Bretanha no final do século XIX.

Sob tais circunstâncias, uma pequena classe de nigerianos falantes da língua inglesa e educados na Europa ocupou cargos, ainda que inferiores, no governo e também no setor privado de empresas europeias. Mesmo possuindo alta qualificação e tendo maior qualidade de vida que a maioria dos demais nigerianos, o racismo britânico ainda os considerava culturalmente e intelectualmente inferiores. Conforme destacam Falola e Heaton (2008, p. 07, tradução nossa):

> Essas elites educadas na Europa desfrutavam de um padrão de vida mais alto do que a maioria dos nigerianos, mas também descobriram que sua capacidade de se elevar ao nível de suas capacidades era obstruída pela ideologia racista do domínio colonial, que via os africanos como cultural e intelectualmente inferiores aos europeus. Foram essas elites educadas na Europa que começaram a se organizar para pressionar o governo colonial por uma maior representação dos nigerianos em seu próprio governo e pelo eventual fim do domínio colonial na Nigéria.

Com a ascensão de líderes de movimentos nacionalistas, como Nnamdi Azikiwe, Obafemi Awolowo e Sir Abubakar Tafawa Balewa, foram criados partidos políticos que negociaram a independência da Nigéria da dominação britânica nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, sendo esta de fato conseguida em 1960, conforme já abordado.

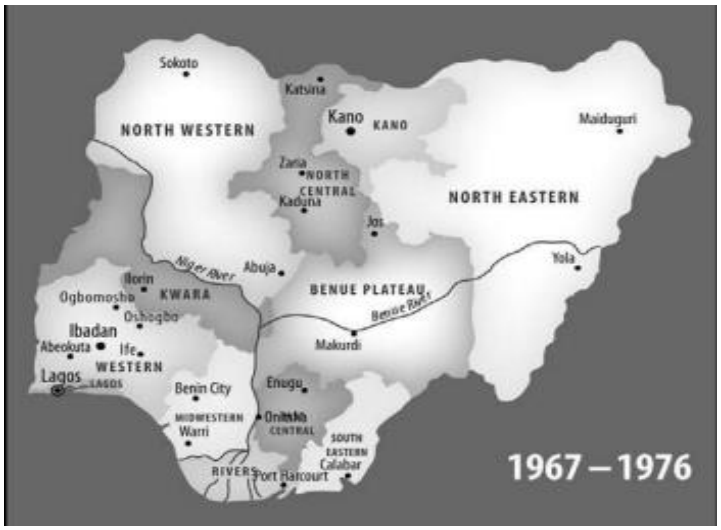
Após a independência, as fronteiras do país permaneceram as mesmas, entretanto, a Nigéria foi dividida em diversos estados, com o passar dos anos, com a finalidade de facilitar a administração com base na presença de minorias étnicas, existindo ainda a discussão sobre possíveis novas divisões. Tendo como capital a cidade de Abuja, na Nigéria existem três níveis de poder: o federal, o estadual e o local (FALOLA & HEATON, 2008). Conforme pode-se observar nos Mapas 1, 2, 3 e 4 a seguir:

MAPA 1 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1963 E 1967



Fonte: FALOLA & HEATON, 2008, p. 192.

MAPA 2 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1967 E 1976



Fonte: FALOLA & HEATON, 2008, p. 192.

MAPA 3 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1976 E 1987



Fonte: FALOLA & HEATON, 2008, p. 193.

MAPA 4 - DIVISÃO DE ESTADOS NIGERIANOS ENTRE 1996 E O PRESENTE MOMENTO



Fonte: FALOLA & HEATON, 2008, p. 193.

Desde sua independência, a Nigéria mantém uma política bastante instável, conforme já discutido, impulsionadas por questões como religião, etnia e identidade. Dentre essa relação conflituosa, há desavenças entre os muçulmanos (predominantes na região norte) com cristãos (mais presentes ao sul), conflitos entre os grupos Hausa e Fulani, os Iorubas (no sudoeste) e

os Igbo (no sudeste) (FALOLA & HEATON, 2008). Conforme descrito por García (2016, p. 06, tradução nossa):

> Após conquistar a independência política do Reino Unido em 1960 e, posteriormente, dar o passo para se estabelecer como República em 1963, a Nigéria enfrentou vários cenários, entre eles: unificar várias etnias em um território de 923.768 km2, 3 cujas diferenças foram alimentadas durante a processo de colonização.

Até então, a tensão entre as diferentes etnias e religiões se mostra forte na Nigéria, sendo pouco combatida pelas autoridades governamentais. Sobre o governo nigeriano, há a existência de grande corrupção, que possibilita enriquecimento e poder há quem possui cargos políticos. Além disso, o processo eleitoral nigeriano é marcado por manipulações e fraudes eleitorais, violência e intimidações (FALOLA & HEATON, 2008). Com esse cenário, vão surgindo condições favoráveis para o surgimento e presença de grupos terroristas.

3.3 A situação econômica da Nigéria

Anteriormente à dominação britânica, a região onde se concentra a Nigéria praticava o comércio trans-saariano. Os principais itens comercializados eram sal, ítens de couro, armas, tecidos e cavalos, além de cobre, ferro, miçangas e búzios. Conforme já mencionado, o comércio de pessoas escravizadas também era forte, sendo a principal atividade econômica entre os séculos XVI e XIX. Tal atividade foi freada com a abolição britânica da escravidão no ano de 1807, apesar de tal atividade ter persistido até por volta dos anos de 1850. Ainda nesse período, cresceu o comércio de *commodities* "não-humanas", que se tornou a principal atividade da economia nigeriana com o início da colonização britânica (FALOLA & HEATON, 2008).

Com a colonização, surgiu-se a necessidade de melhorias estruturais na Nigéria para possibilitar a economia extrativista. Dessa forma, foram construídos portos, ferrovias e estradas, com a finalidade de facilitar o trânsito para a exportação de produtos. Ao longo do período colonial, foi usada mão de obra forçada para a construção da infraestrutura. Entre a Segunda Guerra Mundial e a independência, a indústria e a manufatura passaram por uma tentativa de processo de desenvolvimento, porém o país seguiu sendo dependente da exportação de produtos primários (FALOLA & HEATON, 2008).

Ainda, a partir dos anos 1970, a maior parte da exportação nigeriana foi de petróleo, impulsionada pelo "boom do petróleo", sendo que a produção começou por volta de 1950. Devido a isso, a economia da Nigéria, após o período de independência, passou por diversos momentos de instabilidade, advindas da dependência do petróleo, que se tornou responsável

pela maior parte da economia do país. Entretanto, de acordo com Falola e Heaton (2008), a exportação de petróleo não significou necessariamente algo bom para o país. Conforme colocado pelos autores (2008, p. 11, tradução nossa):

> O crescimento da economia do petróleo tem sido uma bênção e uma maldição para a Nigéria. O petróleo trouxe enormes receitas, tornando a Nigéria um país muito rico em termos de aumento das receitas globais e dando ao país um forte potencial para um crescimento econômico equitativo e desenvolvimento sustentável a longo prazo. Infelizmente, esse potencial não foi realizado até o momento. As receitas do petróleo foram terrivelmente mal administradas, com o resultado de que apenas algumas poucas pessoas se beneficiaram da riqueza petrolífera da Nigéria. A grande maioria da população continua a viver na pobreza, vendo poucos resultados tangíveis da riqueza petrolífera do país.

Dessa maneira, a riqueza proveniente da exportação do petróleo beneficia poucos, sendo rodeada de corrupção. Além do mais, parte do dinheiro proveniente do produto vai para empresas estrangeiras, as quais pagam ao governo nigeriano para poderem explorar o óleo. Com as instabilidades políticas e econômicas, boa parte da população nigeriana vive abaixo da linha da pobreza, não tendo acesso a produtos e serviços básicos, como água corrente e eletricidade, além de serviços públicos, como saúde e educação, que são mal distribuídos (FALOLA & HEATON, 2008).

Há carência de medicamentos e equipamentos, além de materiais de educação, como livros, lousas e carteiras, os quais não possuem boas condições de uso. Ademais, mesmo com o avanço da infraestrutura do país no século passado, estradas (e também veículos) não estão em boas condições de uso, sendo em algumas áreas desaconselhável viagens noturnas (FALOLA & HEATON, 2008).

Toda a problemática descrita está atrelada a altos índices de criminalidade, tendo em vista que o contrabando, roubos e trapaças acabam por ser a única forma de sobrevivência de muitos nigerianos. Conforme Falola e Heaton (2008), para a maior parte dos nigerianos, a simples vida cotidiana é uma luta a qual precisam sobreviver, tendo as necessidades básicas comprometidas.

Sob essa discussão, Cierco e Belo (2016) fazem questionamentos analisando se a Nigéria é um Estado falhado. Observando pontos mencionados acima, como a fragilidade das instituições, corrupção e a carência e má distribuição de serviços básicos, Cierco e Belo exploram o descontentamento da população a respeito da gestão governamental. Conforme Cierco e Belo (2016, p. 123), “o conceito de Estado corresponde a uma sociedade politicamente organizada, fixada em um território, dispondo de um poder institucionalizado para satisfazer os interesses gerais dos seus membros”.

Ainda na discussão sobre a Nigéria ser um Estado falhado, os autores abordam a questão da segurança interna e ilustram a discussão, referindo sobre o surgimento e permanecimento do grupo terrorista fundamentalista Boko Haram, atuante sobretudo no norte nigeriano. A violência propagada pelo grupo é, conforme Cierco e Belo, uma evidência da falta de eficiência governamental para garantir a estabilidade na Nigéria, sendo a segurança interna uma das principais funções de um Estado. Além da segurança, um Estado precisa assegurar o bem-estar social e a justiça, sendo responsável pelas necessidades básicas de seu povo (CIERCO & BELO, 2016).

Assim, os indicativos de que um Estado é falhado seriam a criminalidade, a corrupção, grandes desigualdades sociais e a incapacidade de garantir saúde, educação e o básico para a população. Essas características em um Estado propiciam revoltas e a procura de meios "alternativos" para sanar as necessidades. Cierco e Belo (2016) colocam que, diante de todas as circunstâncias apresentadas, muitos nigerianos descontentes com o governo e que enfrentam necessidades acabam por buscar o Boko Haram como uma alternativa. Conforme Cierco e Belo (2016, p. 125), "Estados fragilizados, com instituições caracterizadas pela corrupção, são considerados "paraísos seguros" para os terroristas poderem prosseguir com as suas intenções criminosas".

Conforme dados apresentados por Oriola (2017), 54% dos nigerianos vivem na pobreza; e 42% das crianças sofrem de desnutrição, sendo que o nível de pobreza no norte (região onde mais atua o Boko Haram) é significativamente pior do que no Sul: a taxa de pobreza no nordeste é de 72% enquanto no sudeste é de 26%.

3.4 Cultura e costumes da população nigeriana

No vasto território nigeriano estão presentes mais de 200 grupos étnico-linguísticos diferentes. A maioria da população pertence a três desses grupos, sendo os Hausa (cerca de 21% da população, predominantemente presentes no norte do país), os Yoruba (cerca de 20% da população, presentes no sudoeste) e Igbo (cerca de 17%, mais presentes no sudeste). Ainda, há outros grupos, tais quais os Fulani, os Ijaw, os Kanuri e os Ibibo (FALOLA & HEATON, 2008).

Apesar de tanta variedade cultural e linguística, vinda de tais grupos, o inglês é a língua oficial da Nigéria desde 1960. Além disso, há o Pidgin, que seria uma combinação entre as diferentes línguas locais com a inglesa. Tais quais as variedades linguística e étnica, há a variedade religiosa, entretanto, a maioria dos nigerianos são muçulmanos ou cristãos. Aproximadamente 50% da população é muçulmana, 40% é cristã e somente 10% pratica

religiões nativas, que, em maioria, são baseadas em fenômenos naturais e sobrenaturais e também ao culto de ancestrais (FALOLA & HEATON, 2008).

Com relação à cultura, a Nigéria tem enraizadas tradições indígenas, mas também incorpora valores ocidentais, que são mesclados no estilo de vida. Pode-se citar como exemplo a tradição nigeriana de se ter famílias numerosas, as quais ultimamente têm se tornado cada vez menores. O entretenimento nigeriano também coexiste com a cultura ocidental, especialmente nas áreas urbanas (FALOLA & HEATON, 2008).

3.5 Sobre o surgimento e presença do Boko Haram na Nigéria

As origens do Boko Haram começam com um grupo de jovens islâmicos radicais que faziam suas adorações no estado de Maidugurina, na mesquita Alhaji Muhammadu Ndimi, cerca de uma década antes da criação oficial do grupo. Uma ramificação desse grupo de jovens, descontente, afirmou que a cidade e aquela instituição islâmica eram intoleravelmente corruptos e irredimíveis, e partiu de Maidugurina para Kanama, estado de Yobe, perto da fronteira com o Níger, em um retirada chamada *hijra*, moldada conforme feito pelo profeta Maomé de Meca para Medina. Em Yobe, foi estabelecida uma comunidade separatista dirigida por princípios islâmicos radicais, sob a liderança de Mohammed Ali, o qual defendeu a ideologia anti-Estado e buscou a convocação de novos membros, tendo em vista a criação de uma sociedade perfeita (PENNA FILHO, 2014).

Oficialmente, o grupo terrorista Boko Haram foi fundado na Nigéria no ano de 2002. O maior objetivo do grupo é a implementação da *Sharia* no continente africano, não somente na Nigéria, apesar de este ser o país mais afetado pelas ações do Boko Haram, cujo significado do nome é “a educação ocidental é pecaminosa”. Além disso, o grupo rejeita não somente a educação, mas tudo o que vem do ocidente de maneira geral, como o cristianismo, Estado laico, sociedade consumista, democracia, entre outros. Após conflitos com a polícia devido a uma disputa da comunidade sobre direitos de pesca em uma lagoa local, ocorridos em 2003, Mohammed Ali e a maior parte dos então 70 membros do grupo foram mortos (PENNA FILHO, 2014).

O principal alvo é a população civil, ainda que não seja o único. O governo vem há tempos tentando combater a violência do grupo, mas tem se mostrado ineficaz. Apesar disso, a estrutura política, econômica e social da Nigéria acabam por ter facilitado o surgimento e permitir a presença do Boko Haram em seu território. Confome já abordado, mesmo contando com uma economia diversificada e sendo um grande exportador de petróleo, o país é marcado por grande corrupção, desigualdades sociais e regionais, além disso, possui diversas religiões,

sendo o cristianismo e o islamismo predominantes, em seu território (FILHO, 2014; CIERCO & BELO, 2016).

Definindo o conceito de *Sharia*, Kus e Sanchez (2021, p. 313) afirmam que "a *sharia* é um conjunto de valores éticos, religiosos e leis baseados nas fontes do Islam". Ainda, os autores destacam que "o conceito de *sharia* é utilizado para referência à lei com base nas fontes islâmicas" (KUS & SANCHEZ, 2021, p.313).

Cierco e Belo (2016) ao questionar sobre o fato de a Nigéria ser um Estado falhado, observam como isso propicia o avanço do Boko Haram no país. Além dos problemas citados anteriormente, os autores mencionam também a falta de serviços básicos de saneamento, relacionados à degradação ambiental e problemas na gestão, além da presença de instituições frágeis, que resultam em uma péssima qualidade de vida em sua população, a qual se descontenta cada vez com o Estado nigeriano. Cierco e Belo (2016) também frisam sobre a fragilidade que a Nigéria possui na sua segurança, principalmente no norte do país, onde o grupo atua de maneira mais forte.

A falta de saneamento básico, educação, saúde, segurança e infraestrutura, prejudicando o bem-estar social, comprometem a estabilidade de um Estado, deixando-o frágil, suscetível à revoltas e surgimentos de grupos terroristas. Desamparada, uma parte da população encontra na participação do Boko Haram a possibilidade de amenizar seus problemas econômicos e sociais. Dessa forma, a Nigéria, ao não garantir o bem-estar social, cria um ambiente propício à permanência e crescimento do Boko Haram (CIERCO & BELO, 2016).

A pobreza, altas taxas de mortalidade, violência, má-nutrição, não acesso à água potável e saneamento e baixa expectativa de vida contribuem para a existência e persistência do grupo e a visão de parte da população que este é uma alternativa. Tais pontos podem ser vistos na Nigéria, a qual possui a região norte como mais pobre, local onde o Boko Haram atua mais fortemente e também onde se é utilizada a *Sharia* (CIERCO & BELO, 2016).

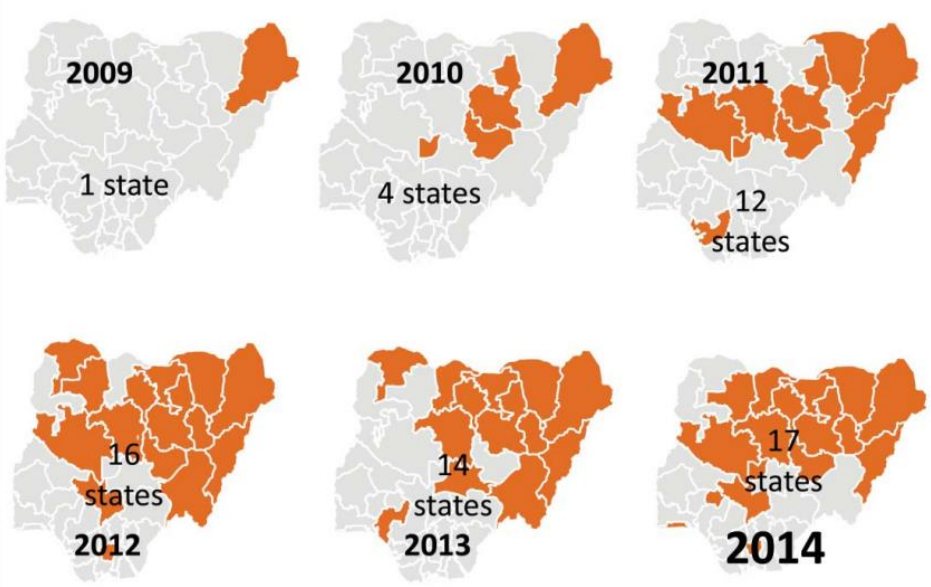
Mesmo tendo sido criado no ano de 2002, o Boko Haram somente passou a agir com violência extrema a partir de 2009. Essa radicalização teve como estopim para seu início um enfrentamento contra as forças nigerianas em cinco estados da região norte do país, o qual resultou em mais de mil mortos. Após um confronto, o qual resultou na morte do então líder do grupo, Muhammad Yusuf, o grupo demonstrou ser uma ameaça mais forte. Além disso, a morte de Muhammad Yusuf (que foi mantido prisioneiro), nesse enfrentamento alimentou um sentimento de vingança por parte do Boko Haram, o qual passou a se utilizar de técnicas de

guerrilha que indicaram o início da grande brutalidade com a qual o grupo passou a agir (PENNA FILHO, 2014).

Ainda, o Boko Haram passou a direcionar seus ataques também a patrimônios públicos (GARCÍA, 2016). Conforme palavras de Oriola (2016, p. 101, tradução nossa), "a morte de Mohammed Yusuf sob custódia policial tornou-se um divisor de águas na crise do Boko Haram". Oriola também afirma que a radicalização do grupo após a morte de um líder acaba por sustentar a ideia de que matar um terrorista ou um líder insurgente resulta por acelerar a radicalização da insurgência e o uso da violência indiscriminada.

É possível constatar como a intensa radicalização do grupo permitiu que este se expandisse para diversos estados da Nigéria, conforme observado no mapa a seguir, que demonstra como em um período de seis anos, contando a partir de 2009 até 2014, o grupo terrorista se expandiu para dezessete estados nigerianos. Como mencionado por Walker (2012, p. 03, tradução nossa), ainda quando o Boko Haram não tinha dominado tantos estados, "o grupo aparentemente foi deixado em paz pelas autoridades e se expandiu para outros estados".

MAPA 5 - EXPANSÃO DO BOKO HARAM NA NIGÉRIA ENTRE 2009 E 2014



Fonte: ORIOLA, 2017, p. 103.

A maior parte dos membros do Boko Haram é da Nigéria, mas há também os que são vindos do Sudão e do Chade. Dentre os membros, pode-se classificá-los em dois grupos: os que entraram para o grupo em busca de melhores condições de vida, conforme já abordado, e os que buscam o Boko Haram para realizações pessoais e de identidade, sendo o primeiro

grupo a maior parte. Além disso, há, ainda que em número menos expressivo, professores universitários, banqueiros e elites entre os integrantes, fato que demonstra grande insatisfação política por esses membros na Nigéria. A internet é uma das formas de captação de membros, sobretudo os mais jovens e que não são vindos da Nigéria. Ainda, o grupo também faz propagandas através dos meios de comunicação, com vídeos para atrair a atenção de possíveis membros (LÓPEZ *et al.*, 2016).

Financeiramente possui várias formas de renda, como através de assaltos a bancos, dinheiro de resgate de sequestros e, ainda, o grupo também conta o financiamento de pessoas com poder, as quais as autoridades nigerianas buscam informações sobre. Além disso, o grupo pratica tráfico de armas e drogas, esta última proveniente da América Latina. Outro fato importante é que o Boko Haram mantém relações amistosas com outros grupos terroristas, como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda (LÓPEZ *et al.*, 2016).

Sobre o *modus operandi* do grupo, este sofreu modificações significativas ao longo do tempo, sobretudo após o ano de 2009, sendo inicialmente relativamente mais simples, com assaltos e ataques com o uso de facas, principalmente contra a população cristã. O grupo passou progressivamente a usar explosivos, indo dos mais simples, como coquetéis molotov a explosivos mais complexos, com o uso de carros bomba e homens-bomba e também com o uso de armamentos pesados. O Boko Haram também passou a direcionar seus ataques a grupos de pessoas cada vez mais numerosos, além do uso de técnicas de guerrilha, conforme já mencionado. Sequestros, massacres e ataques suicidas se tornaram ações rotineiras do grupo. Esses fatos demonstram como a periculosidade do Boko Haram teve um grande aumento significativo ao longo dos últimos anos (LÓPEZ *et al.*, 2016).

Mais especificamente com relação aos sequestros, esta foi uma técnica usada contra a população geral. Os sequestros tinham como objetivo obter dinheiro com resgates e venda de pessoas. Entretanto, a comunidade mais especificamente afetada foi a das mulheres e meninas cristãs, que são torturadas, estupradas e mortas. Conforme dados de 2014, cerca de 45% dos assassinatos cometidos pelo Boko Haram foram de mulheres cristãs e crianças (LÓPEZ *et al.*, 2016).

Por mais que o Boko Haram tenha se tornado mais radical após 2009, se tornando explicitamente violento, não foi a partir desse momento que obteve atenção midiática no mundo, ganhando pouca atenção global e até mesmo local em muitos ataques grandes cometidos pelo grupo, como um cometido em abril 2014, o qual 59 meninos do ensino médio foram assassinados. O grupo somente ganhou relevância midiática global após o sequestro (e escravidão sexual) de Chibok, em 2014.

Toda a repercussão midiática advinda deste ataque fez com que o Boko Haram deixasse de ser “uma coletividade terrorista desorganizada relativamente desconhecida” e se tornasse “uma franquia terrorista global facilmente reconhecida”, conforme Oriola (2017, p. 112). Além disso, toda a movimentação midiática ao redor do Boko Haram permitiu que o grupo tivesse “oportunidades para arrecadação de fundos, recrutamento de sócios, camaradagem e maior senso de solidariedade de grupo” (ORIOLA, 2018, p. 112).

Assim, através do estudo da história da Nigéria para a compreensão da atualidade, pode-se perceber como a colonização britânica, a qual causou profundas transformações sociais e econômicas, gerando muitas relações conflituosas entre diferentes grupos étnicos e sociais, gerando tensões políticas, contribui para o hoje. Assim, a pobreza, a corrupção, a desigualdade e a violência existentes no país, as quais são fortes resultados dessa colonização, propiciam condições favoráveis para o surgimento e permanência de grupos terroristas na Nigéria, como o Boko Haram.

CAPÍTULO 3 - O BOKO HARAM E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Oriola (2017) faz uma comparação entre as meninas e mulheres cativas pelo Boko Haram com mulheres escravas. Na época da escravidão, mulheres eram forçadas a trabalhar em casas e plantações, se tornando concubinas involuntárias e "incubadoras" de novos escravos. As mulheres não são exploradas apenas como na condição de escravas, mas também como mulheres, sendo mais severa por conta da escravidão sexual.

Ainda conforme Oriola (2017), muitas das tarefas atribuídas aos escravos não possuíam definição de gênero, como os trabalhos nas lavouras, mas escravas tinham sofrimentos relacionados ao seu gênero, sendo objetos sexuais de seus mestres, forçadas a fazer sexo com quem eles mandassem, tendo que dar à luz a novos escravos, sendo responsáveis por levar as gestações até o fim, pelo trabalho de parto desumano e pelos cuidados com essas crianças, vê-las sendo vendidas no mercado de escravos. Dessa maneira, Oriola faz um paralelo entre as mulheres escravas e as mulheres e meninas sob o terrorismo do Boko Haram.

Uma mesma cativa pelo Boko Haram pode precisar se casar com diversos homens, conforme eles vão morrendo em combates e missões, demonstrando como são escravas sexuais. "Isso sugere que o (des)uso histórico da mulher permanece vivo e está gravado na constituição biológica da mulher e em sua interpretação social" (ORIOLA, 2017, p. 114, tradução). Apesar disso, há funções em que o Boko Haram não considera o gênero, como quando obriga as cativas a participarem de funções predominantemente masculinas, tais quais como ataques suicidas e missões, ainda que mulheres, sobretudo crianças, possam executar as missões mais discretamente. O autor, dessa forma, conclui que enquanto os homens acabam por ser rapidamente executados, as mulheres enfrentam um processo de desumanização mais longo e tortuoso, sendo esta uma afirmação de grande significância (ORIOLA, 2017).

4.1 O sequestro de Chibok

Estima-se que, entre o ano de 2009 e outubro de 2014, pelo menos 500 mulheres e meninas tenham sido sequestradas pelo Boko Haram. Tais sequestros ocorreram mais especificamente nos estados de Borno e Yobe, região norte da Nigéria. As vítimas foram raptadas em ataques em suas vilas, enquanto estudavam, trabalhavam em fazendas, viajavam e até mesmo dentro de suas casas e eram de crianças a mulheres idosas. Dentre tais sequestros, o de maior destaque, sobretudo devido ao grande número de meninas levadas de

uma única vez, foi o ocorrido na cidade de Chibok, no ano de 2014 (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Apesar de o sequestro de Chibok ter sido o que obteve maior destaque nas mídias, sendo bastante difundido pela "hashtag" #BringBackOurGirls, a qual foi aderida por inúmeras personalidades, não foi o maior: em novembro de 2014, o Boko Haram sequestrou, também no estado de Borno, cerca de 400 mulheres e crianças. Entre 2012 (ano o qual a tática de sequestrar meninas e mulheres começou) e 2016, há uma estimativa que vai de 2000 até 7000 mulheres cativas em acampamentos do Boko Haram (GARCÍA & CUADRADO, 2018). Esse grande aumento no número de mulheres cativas pelo grupo demonstram como a ação de atacar e sequestrar meninas e mulheres foi fortalecida e estabelecida pelo grupo de forma estratégica.

4.2 A situação das mulheres na sociedade nigeriana

De acordo com Oriola (2017), a desigualdade de gênero e o patriarcalismo, muito marcantes na Nigéria, sobretudo na região norte, são evidenciados na maneira como o Boko Haram trata as mulheres. Anteriormente ao marcante sequestro de Chibok, o qual muitas meninas foram levadas à força aos acampamentos do Boko Haram de uma única vez, o grupo ia em veículos para as vilas, agarrava as meninas e mulheres, às jogando em caçambas de caminhonetes enquanto elas buscavam saltar, gritar ou morder. Os membros do grupo jogavam ₦ 1000 ou ₦ 2000 Naira (o equivalente a US$5-10) para os pais das meninas, afirmando este ser o dote delas.

Há, ainda conforme Oriola, casos em que os pais das meninas são simpatizantes do Boko Haram, entregando as filhas (e até mesmo as esposas) para o grupo terrorista, podendo essa ação ser através da venda ou doação. Oriola menciona Zahharau Babangida, uma jovem de 13 anos que foi entregue ao grupo por seu próprio pai, juntamente com sua mãe. Ainda, conforme o autor, essa ação, cometida por um homem (o pai), contra duas mulheres (filha e esposa) demonstram a força da hierarquia de gênero existente na Nigéria:

> A hierarquia de gênero e a superioridade do doador pressuposta nesta doação acentua a posição social das mulheres em relação aos homens e simboliza onde está o poder (absoluto). É indiscutivelmente inconcebível que a mãe de Zahharau Babangida possa ter doado sua filha e/ou marido ao Boko Haram (ORIOLA, 2017, p. 105, tradução nossa).

Oriola (2017, p.5) complementa a questão colocando como essa forma de aquisição de mulheres pelo Boko Haram é reflexo da forma como são vistas socialmente, como "materiais descartáveis e fardos dos quais se livrar". Além disso, especificamente, demonstram a

maneira que meninas são subvalorizadas e o pensamento de que a função dos pais é preparar as filhas para o casamento. Outrossim, a circunstância econômica e social nigeriana, em uma área marcada pela falta de símbolos do Estado, como a polícia, contribuem para que exista um "silêncio criminal", mesmo que o pagamento feito às famílias seja uma quantia muito baixa.

Ademais, ao se abordar sobre o casamento na sociedade nigeriana, não se pode ignorar o fato de que o casamento precoce entre meninas é amplamente praticado, principalmente no norte do país. Ainda, a maioria desses casamentos precoces são arranjados e forçados. Algumas meninas acabam se casando por motivos religiosos, entendendo que o casamento é uma vontade de Allah. Outras sofrem ameaças de serem rejeitadas ou que elas e suas mães sejam expulsas de casa. Na região nordeste e noroeste do país, a idade média do primeiro casamento é inferior a 16 anos (ORIOLA, 2017).

A idade com que essas meninas começam a ter filhos também é baixa: 39,3% das meninas do nordeste e 44,6% do noroeste têm o primeiro filho entre 15 e 19 anos. Esses números contribuem para taxas baixas de educação entre as meninas e mulheres: cerca de apenas 5% das mulheres com idades entre 15 e 49 anos do nordeste e noroeste do país possuem ensino médio completo quando se casam, 75% das residentes de áreas rurais dessas regiões nunca foram à escola. A baixa escolaridade entre as mulheres as prejudica na busca por trabalho formal: apenas 10% dos jovens que buscam trabalho encontram um emprego formal. Empregos formais exigem um mínimo de educação, o que prejudica a inserção delas no mercado de trabalho (ORIOLA, 2017).

Conforme aponta Oriola (2017, p. 106, tradução nossa), com relação ao casamento precoce e diminuição das taxas educacionais de meninas e mulheres na Nigéria:

> A natureza generalizada e a aceitação fatalista dessas práticas ou "códigos familiares" discriminatórios criam um ciclo de dependência geracional para meninas e mulheres, pois raramente são autorizadas a adquirir quaisquer habilidades comercializáveis e, portanto, são mantidas fora do engajamento produtivo no mercado de trabalho. Consequentemente, a aceitação de ninharia pelas filhas e a doação de Zahharau e sua mãe ao Boko Haram deve ser entendida como um produto orgânico de um ambiente sociocultural onde tal "oferta" humana (especificamente feminina) é rotineira e relativamente pouco espetacular.

Outro reflexo das péssimas condições socioeconômicas da Nigéria está na existência de mulheres que mantêm "relações sexuais consensuais" com membros do Boko Haram, tendo em troca dessas relações, ítens básicos, como alimentos. Ainda de acordo com Oriola (2017), o Boko Haram utiliza práticas culturais fortes na Nigéria em sua "guerra contra as

mulheres", como exemplo, o casamento de meninas pré-púberes, os quais são arranjados e forçados, é algo bastante comum no país.

Dessa maneira, a violência sexual e de gênero utilizadas pelo Boko Haram são derivadas da infraestrutura patriarcal prevalecente na Nigéria. Para Oriola (2017), a cultura, a religião e a lei são o "triunvirato" que permitem a violência sexual e de gênero no país. Assim, sob a cultura do norte da Nigéria, o problema do Boko Haram seria o sequestro de meninas, não o casamento forçado (ORIOLA, 2017).

No dia 14 de abril de 2014, na zona rural da cidade de Chibok, estado de Borno, o Boko Haram sequestrou 276 meninas em um colégio interno. Os motivos foram o já mencionado fato de que o Boko Haram é contra a educação de meninas, sendo o sequestro uma maneira de punição, e também uma forma de retaliação pela detenção de familiares e membros do grupo terrorista. Durante aquela madrugada, segundo dizem as meninas, não havia professores, diretor e demais funcionários da escola no local, o que era incomum. Essa falta de segurança facilitou as ações do grupo (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Conforme relatos de garotas que conseguiram a liberdade, inicialmente, as estudantes foram surpreendidas, no meio da madrugada, pelos membros do grupo, que as enganaram dizendo ser policiais que estavam ali para protegê-las de algo que estava ocorrendo na cidade, (alguns momentos antes, tiros foram ouvidos pelas alunas, vindos de alguns quilômetros de distância) assim, elas não deveriam se preocupar ou correr. Elas somente perceberam que se tratava de membros do grupo quando alguns dos homens passaram a atirar. A partir desse momento, os membros narraram sobre coisas horríveis que cometiam, como assassinatos, sequestros e destruição de casas. As meninas, ao começarem a chorar, foram mandadas a ficar em silêncio. É interessante destacar que o grupo não se preocupou durante o sequestro com a religião das meninas, vitimando tanto as muçulmanas quanto as cristãs (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

O Boko Haram forçou o máximo de meninas possíveis a entrar em caminhões. As que não couberam foram forçadas a andar cerca de 10 milhas, sendo ameaçadas com armas até serem buscadas por outros veículos e levadas para o local onde o grupo se concentrava, dentro da floresta de Sambisa. Três das garotas foram libertas pelo grupo por não terem lugares suficientes nos caminhões. Durante o trajeto, algumas das garotas conseguiram escapar pulando dos veículos, se pendurando em árvores que encontraram pelo caminho ou fingindo que iam usar o banheiro. Durante a fuga, muitas das garotas acabaram se machucando, principalmente com cortes e fraturas (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

A cidade de Chibok não somente sofreu com o sequestro em abril de 2014, ainda, populações inteiras foram dizimadas e vilas destruídas. Além das garotas que foram sequestradas na escola, outras garotas, que possuiam entre sete e quinze anos, também foram raptadas nesses ataques (BOKO HARAM, 2020).

4.3 Outros casos de sequestro pelo Boko Haram

O sequestro de Chibok, ainda que tenha sido o mais noticiado pelas mídias, não foi o único cometido pelo grupo terrorista. Após o ataque de Chibok, o qual foi executado com grande facilidade, o Boko Haram intensificou a realização de sequestros e muitos outros ataques, que ocorreram similarmente. No dia 16 de abril de 2014, dois dias após o sequestro de Chibok, seis mulheres e duas crianças foram raptadas da aldeia de Wala e levadas para um acampamento na floresta de Sambisa. No dia 25 do mesmo mês, outras cinco mulheres da aldeia Gujba, no estado de Yobe, foram supostamente sequestradas (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

No início de maio, ainda em 2014, menos de um mês após o sequestro de Chibok, onze adolescentes também foram sequestradas durante os ataques às aldeias Wala e Warabe, também no estado de Borno, estado onde outras sessenta mulheres também foram raptadas no início de junho de 2014. Ainda em junho de 2014, também foram sequestradadas pelo menos vinte mulheres do grupo étnico Fulani (que é muçulmano) das aldeias Bakin Kogi, Garkin Fulani e Rugar Hardo, as quais são perto de Chibok. Este último sequestro se caracterizou pela exigência de resgate, o qual o Boko Haram teria exigido 800 cabeças de gado para que as mulheres sequestradas voltassem para suas casas. Além dos citados, há inúmeros outros casos de sequestros de mulheres, tanto anteriormente ao de Chibok, quanto posteriormente, os quais são a maior parte (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Apesar da descomunal violência sofrida pelas meninas e mulheres cometida pelo grupo terrorista, é importante destacar que, mesmo elas sofrendo mais com esse tipo de violência, não são o único alvo do Boko Haram tendo em vista que há também relatos de meninos e homens que foram sequestrados, sobretudo os que têm idade para lutar, tendo a opção de ingressar no grupo ou serem mortos (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

As habilidades e ocupações dos homens podem ser um requisito para que sejam sequestrados pelo grupo, como foi o caso de um vendedor de produtos farmacêuticos de 46 anos que foi sequestrado em março de 2014 na frente de sua loja, em Buni Yadi. Conforme relato dado ao relatório do Human Right Watch (2014), ele foi levado por homens armados, que chegaram de bicicleta, enquanto estava sentado do lado de fora de sua loja com um grupo

de amigos. Os homens pediram que ele levasse consigo os medicamentos da farmácia e deixaram claro para um vizinho, que tentou correr, que vieram por causa das habilidades do vendedor, o qual teria o dever de usá-las servindo a Deus no acampamento (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Um relato dado ao Human Right Watch (2014) por uma mulher de 20 anos que foi sequestrada pelo Boko Haram em maio de 2013 em Firgi ilustra a grande violência, praticada contra mulheres e homens:

> O bloqueio chegou a 40 veículos. Quando os homens de uniforme militar separaram os muçulmanos dos cristãos, sabíamos que eles eram o Boko Haram. Todos os jovens, incluindo muçulmanos, foram instruídos a se juntar aos insurgentes ou serem mortos. Eles cortaram a garganta de alguns dos homens, dizendo que não desperdiçariam balas neles. Mulheres cristãs vestindo calças foram baleadas na perna e deixadas para morrer. Homens mais velhos e mulheres usando véus muçulmanos foram liberados para ir, enquanto o resto de nós foi levado para seu acampamento na floresta de Sambisa (HUMAN RIGHT WATCH, 2014, p. 25, tradução nossa).

Em fevereiro de 2018, quase quatro anos após o ataque à escola de Chibok, um ataque bastante semelhante foi cometido pelo Boko Haram. O alvo foi uma escola feminina de ensino médio, na cidade de Dapchi, no noroeste do país, resultando no desaparecimento de 110 meninas das 906 matriculadas na instituição (EXAME, 2018).

4.4 A vida das meninas e mulheres sob Boko Haram

Não somente as garotas sequestradas em Chibok sofreram nos acampamentos montados pelo Boko Haram, lá já haviam dezenas de outras mulheres, as quais o grupo sequestrou em ataques a vilas, dentro de suas casas e por estradas da região (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Conforme relatos feitos por meninas e mulheres sequestradas e mantidas refém pelo Boko Haram ao Human Right Watch (2014), elas foram forçadas a servir domesticamente o grupo, precisando cozinhar, lavar roupas (inclusive ensanguentadas pertencentes a insurgentes mortos em confrontos) e limpar o ambiente. Algumas das meninas foram selecionadas pelos membros do grupo “devido a sua beleza” e tiveram tratamentos especiais e também foram servidas por suas colegas. Ainda, as meninas também foram obrigadas a realizar serviços braçais, como carregar, por muitos quilômetros, objetos saqueados em ataques cometidos pelo Boko Haram a vilas da região (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Assim que eram raptadas, o grupo separava muçulmanas de cristãs. Além do trabalho forçado, as meninas que não eram muçulmanas (as garotas de Chibok eram a maior parte

delas, cerca de 90%) foram ameaçadas de morte e sofreram agressões para que se convertessem ao islâmismo. O grupo também afirmou em vídeos que as garotas cristãs seriam vendidas como escravas. Após a conversão forçada, algumas das meninas foram libertas, mas outras foram forçadas a se casar com membros do Boko Haram. Relatos dados ao Human Right Watch (2014) descrevem que mulheres e meninas cristãs eram predominantemente escolhidas para serem sequestradas pelo grupo, além de que, quando sequestradas, as muçulmanas tinham a chance de serem libertadas em um período menor de tempo.

Ainda, as cristãs que eram solteiras seriam mais vulneráveis a serem mantidas cativas por mais tempo que as casadas, que eram libertadas com maior frequência após afirmar que teriam se convertido ao islamismo (HUMAN RIGHT WATCH, 2014). Além de tudo, quando as meninas e mulheres que se converteram forçadamente ao islâmismo não eram libertadas, poderiam ser então forçadas ao "casamento" com membros do Boko Haram. Nos acampamentos as cativas também precisam aderir códigos de vestimenta, precisando usar véus ou o hijab[3] e também recebendo nomes islâmicos dados pelo Boko Haram e seus simpatizantes.

4.4.1 Casamentos forçados e a violência sexual

Estupros e violências sexuais são outras ações costumeiras do grupo terrorista. Conforme os relatos oferecidos ao Human Right Watch (2015), o fato de as mulheres e meninas serem cristãs muitas vezes foi usado como justificativa para a violência cometida, ainda que as meninas muçulmanas também sejam vítimas desta crueldade. Bastantes desses casos foram escondidos pelas próprias vítimas, as quais sentem vergonha e medo de serem julgadas pela sociedade nigeriana, altamente conservadora e religiosa (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Muitas das meninas, ao retornarem para as suas aldeias, são discriminadas pelos próprios moradores, principalmente quando voltam grávidas, pois são constantemente lembradas que a criança que carregam é uma parte do Boko Haram. Além de tudo, as meninas e mulheres que conseguem voltar para as suas aldeias encontram dificuldades em conseguir relacionamentos e se casarem, devido ao estigma do Boko Haram que trazem consigo (HUMAN RIGHT WATCH, 2014; MAZUMDAR, 2015).

Sobre isso, Pimenta e Malgueiro (2016) dissertam que muitas das mulheres vítimas da violência sexual do Boko Haram encontram no suicidio a solução para essa exclusão social

[3] Vestimenta islâmica, consiste em um véu colocado ao redor da cabeça, cobrindo orelhas, pescoço e cabelos. Há outros tipos de vestimentas islâmicas, como Niqab e Burca (MATTEO, 2020).

que sofrem, pois essas vítimas, além de excluídas, são muitas humilhadas e até mesmo linchadas, sendo agredidas com pedradas.

Ao se abordar sobre a violência sexual, pode se correlacionar esta com o fato da Nigéria passar por intensas instabilidades economicas e ser um “Estado falhado”. Pimenta e Malgueiro (2016, p.6) afirmam:

> Zonas de conflito potencializam o aumento da violência sexual pelo fato de serem ambientes que propiciam e facilitam tais atos, pois muitas vezes não há a presença do Estado nessas regiões, mas sim, governos ditatoriais e/ou corruptos, provendo a desigualdade social e econômica em seu território, resultando na pobreza, muitas vezes extrema, o que atinge a população e acarreta problemas como a fome, sistemas de saúde falhos e a ausência de educação, fatores fundamentais para uma sociedade livre de violência sexual.

As meninas e mulheres, em grande parte dos casos, foram estupradas várias vezes ao dia, por diversos membros do grupo. Estupros coletivos também foram realizados por diversas vezes. Muitas delas, inclusive, chegaram a ter filhos frutos dessa violência, o que não facilitou a fuga de muitas delas, que, mesmo tendo a chance de fugirem sozinhas, não queriam deixar as crianças para trás. Ainda por cima, entre as mulheres que possuem filhos nos acampamentos, há as que foram sequestradas pelo grupo, sobretudo em ataques a vilas, juntamente com seus filhos, o que também dificultou a fuga delas (HUMAN RIGHT WATCH, 2014; GUTIÉRREZ, 2017).

Os casamentos forçados com membros do grupo (muitos ingressam no Boko Haram com a promessa de receber esposas) é outra ação cometida. Mesmo muito jovens, as garotas acabam por se tornarem esposas de homens do Boko Haram, frequentemente muito mais velhos que elas. A idade não é um fato que impede a realização do casamento, conforme depoimentos das meninas (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Ao Human Right Watch (2014), uma das vítimas do Boko Haram, de dezessete anos de idade, afirmou que, ao reclamar afirmando que ela e outras meninas mantidas em cárcere eram muito jovens para se casar, um dos homens apontou para a sua própria filha, de apenas cinco anos de idade, afirmando que se a criança havia se casado um ano antes, idade não era um problema para as meninas que haviam sido sequestradas. O líder do grupo, Abubakar Shekau, já chegou, inclusive, a afirmar que as mulheres deveriam se casar aos nove anos de idade. Diante da recusa de se casarem, as sequestradas poderiam ser assassinadas pelo Boko Haram (NOSSITER, 2015).

Dentre os relatos dados ao Human Rights Watch (2014), há o de uma jovem que fingiu estar doente para não se casar com um membro do grupo, o qual pediu para que ela

fosse levada para um hospital. Quando saiu do acampamento, conseguiu fugir. Entretanto, seu irmão foi acusado de ser membro do Boko Haram por insurgentes disfarçados de JTF, grupo de vigilantes civis, e acabou sendo preso. Mesmo após ele ter sua inocência provada e solto, o Boko Haram voltou até as igrejas da vila e a casa da mulher que conseguiu fugir, fazendo ela e sua família serem forçados a se deslocarem para outro lugar (HUMAN RIGHTS WATCH, 2014).

Além disso, a violência sexual é praticada pelo Boko Haram com o objetivo de conseguir mais recrutamentos de membros (aumentando o número de insurgentes, dando a possibilidade de seus membros conseguirem uma esposa e usando isso como uma espécie de propaganda), causar terror na população e, sobretudo, obter renda para o grupo com a venda de meninas sequestradas para serem escravas sexuais (GLOBO, 2015). Dados do ano de 2017 promovidos pela ONU estimam que cerca de 7.000 meninas e mulheres sofreram com a violência sexual do Boko Haram (BOKO HARAM, 2020).

Parte dos casos de violência sexual cometidos pelo Boko Haram ocorrem após os casamentos forçados, tendo comandantes fazendo certo esforço para que as meninas não sofressem agressão sexual antes de se casarem. Apesar disso, mulheres e meninas foram abusadas antes mesmo de serem forçadas ao casamento, como em situações às quais os comandantes não estavam presentes. Ao negar manter relações sexuais com os membros do grupo, as meninas e mulheres eram coagidas por ameaças por faca e armas (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

Conforme o relatório do Human Rights Watch (214, p. 35, tradução nossa):

> Um assistente social que trabalhou extensivamente com famílias afetadas pela violência do Boko Haram disse acreditar que o estupro de mulheres e meninas sequestradas tem sido subnotificado, dada a cultura de silêncio, estigma e vergonha em torno do abuso sexual nas áreas profundamente conservadoras e religiosas do norte da Nigéria.

Ainda:

> Ele descreveu como aconselhou várias vítimas cujos parentes insistiam em mandá-las para outras cidades para evitar que a família fosse condenada ao ostracismo pelos vizinhos. Segundo essa assistente social, a conduta dos familiares das vítimas, por vezes, intensificou o trauma enfrentado pela vítima. Em um desses casos, o marido de uma vítima sequestrada no estado de Adamawa se recusou a tocar sua esposa depois que ela foi estuprada por um insurgente em um campo do Boko Haram em Gwoza em dezembro de 2013. (HUMAN RIGHT WATCH, 2014, p. 35, tradução nossa).

Discutindo-se sobre a violência sexual, foi somente a partir dos anos 90 que a presença desta em conflitos armados, conforme já mencionado, passou a se tornar uma problemática para a comunidade internacional. Durante as instaurações do Tribunal Penal Internacional

para a ex-Iugoslávia e para Ruanda pelo Conselho de Segurança da ONU, o estupro foi reconhecido como um crime de guerra, além de um crime contra a humanidade e também uma forma de genocídio (PIMENTA & MALGUEIRO, 2016).

Conforme apontam Pimenta e Malgueiro (2016), de acordo com dados da ONU, existem 13 grupos extremistas que utilizam a violência sexual para conseguir seus objetivos, sendo dois deles que se destacam: o Estado Islâmico e o Boko Haram. Estes utilizam o estupro como principal arma de guerra, obtendo destaque no cenário internacional. Ambos não são grupos recentes, tendo suas origens datas no início dos anos 2000 (PIMENTA & MALGUEIRO, 2016).

Ainda dentro dessa questão, os abusos sexuais perseguem as vítimas até mesmo quando elas já foram libertadas do Boko Haram, pois, existem vários casos os quais as meninas acabam por ser novamente estupradas em alojamentos para vítimas do grupo terrorista, por soldados do próprio exército nigeriano. No ano de 2016, dezenas de denúncias sobre estupros, ocorridos em sete alojamentos, praticados por soldados, autoridades, guardas e civis de grupos de vigilância foram feitas (SEARCEY, 2017).

4.4.2 As meninas e mulheres usadas em operações de cunho militar

Cativas, muitas meninas e mulheres foram obrigadas a ajudar em operações militares, participando ou carregando munições ou objetos saqueados. Durante as operações, há relatos de que elas foram forçadas a matar outras pessoas. Outras questões relacionadas à violência extrema pela qual as sequestradas pelo grupo foram submetidas está na obrigação de participarem de ataques, os quais muitos deles eram fatais para as meninas, como serem mulheres-bomba (HUMAN RIGHT WATCH, 2014).

O uso das meninas para realização de ataques está ligado ao fato de que elas, por serem mulheres e crianças, acabam por passar despercebidas, aumentando a chance de sucesso da ação. Assim, meninas com menos de 12 anos são muito usadas em ataques com bombas. Um exemplo: no mês de julho de 2014 uma garota de 10 anos foi pega com explosivos amarrados em seu corpo em Katsina, noroeste da Nigéria.

Há inúmeros relatos de “quase” meninas-bomba, que, por algum motivo, não chegaram a concluir o ataque. Algumas conseguiram pedir ajuda a pessoas que encontraram pelo caminho, autoridades, moradores, e até mesmo parentes, outras conseguiram convencer os membros do Boko Haram para que não fossem usadas. Os alvos dos relatos são os mais diversos, vão de quartéis a mesquitas e hospitais (HUMAN RIGHT WATCH, 2014; SEARCEY, 2017).

Outro motivo apresentado para justificar o uso de mulheres em ataques desse tipo é que isso diminuiria a necessidade dos homens participantes do grupo nessas missões, matando menos deles (MARKOVIC, 2019). Com relação ao uso de mulheres e meninas em ataques suicidas com bombas, Banks (2019, p. 184, tradução nossa) faz a seguinte colocação:

> Numerosos estudos apontam as vantagens estratégicas que os líderes terroristas do sexo masculino esperam resultar do uso de mulheres em suas operações. No caso específico dos homens-bomba, a violência espetacular associada ao armamento do corpo feminino serviu para promover objetivos terroristas estratégicos de atenção sustentada da mídia, maior simpatia pela causa terrorista, aumento do medo e expansão do número de potenciais. Essas recompensas estratégicas são baseadas na suposição de que as mulheres não têm credibilidade como atores terroristas porque não se encaixam no modelo estereotipado do terrorista. As mulheres continuam mais propensas a aprovar medidas de segurança do que os homens e, como raramente ocupam cargos de liderança, permanecem mais dispensáveis do que os membros masculinos de grupos terroristas.

Ainda sobre o uso de meninas em missões suicidas com bombas, devido à frequência com que se acontece ataques cometidos por elas, elas não estão mais passando tão despercebidas pelas pessoas quanto no início dessa prática. Conforme relata Markovic (2019), uma mulher ou menina andando sozinha já pode causar uma suspeita: no ano de 2015 uma garota jovem foi espancada até a morte por moradores que acreditaram que ela estava com bombas amarradas pelo corpo, entretanto, a menina não portava nenhum explosivo. Mesmo com o aumento da desconfiança com as mulheres e meninas por parte da população, o Boko Haram utilizou elas em mais da metade dos ataques suicidas com bombas entre o período de 2011 e 2018.

4.5 Como a violência de gênero beneficia o Boko Haram

Com base nos relatos abordados no relatório da Human Rights Watch (2014), o qual aborda o sofrimento das meninas e mulheres em ataques, pode-se observar como elas são afetadas e, estando em situação de vulnerabilidade, afetam toda a comunidade em que vivem. Dessa maneira, o Boko Haram se aproveita dessa vulnerabilidade e a utiliza como uma estratégia de terror.

Sobretudo após 2009, ano o qual marca a crescente violência do grupo, gradativamente mais mulheres e meninas são utilizadas para disseminar o terrorismo. Diante disso, é possível se perceber um padrão de violência praticada pelo grupo contra meninas e

mulheres, usado para permanência e crescimento do Boko Haram na sociedade nigeriana (GARCÍA & CUADRADO, 2018).

O Boko Haram possui quatro principais áreas de instrumentalização das mulheres: o uso de mulheres para a procriação e continuidade do grupo; como “máquinas de matar”, como responsáveis pela organização doméstica e como escudo humano ou para barganha. Conforme Oriola (2017), “as estratégias do Boko Haram reforçam a opressão, a discriminação com base no gênero e a objetificação sexual das mulheres”.

Abordando a questão do uso da violência de gênero pelo Boko Haram, García e Cuadrado (2018) observam a dualidade do papel da mulher nigeriana na sociedade em que vivem: agente de paz e vítima da violência. Sobre o papel da mulher como uma agente da paz, as autoras afirmam que mesmo sendo algo importante, foi analisado há pouco tempo. Essa capacidade de construção da paz, conforme García e Cuadrado, é vinda através da capacidade de promoção do diálogo que as mulheres possuem. Assim, as mulheres seriam fundamentais para a prevenção da violência e na criação de uma paz duradoura. Porém, em contexto de segurança diante do Boko Haram na Nigéria, as mulheres perdem o papel de agentes construtoras da paz e aderem ao papel de vítimas (GARCÍA & CUADRADO, 2018).

García e Cuadrado (2018) também abordam sobre a estratégia do Boko Haram em “recrutar” mulheres e meninas para fazer parte do grupo. Para as autoras, o sequestro sistemático é a principal forma de recrutamento empregada pelo grupo, o qual demonstra interesse em aumentar o número de mulheres e meninas que fazem parte deste. Uma afirmação interessante feita é de que a busca por mulheres se iniciou em 2012, quando o Boko Haram estava sob o comando de Abubakar Shekau e seria uma resposta a um certo “assédio” que esposas membros do grupo sofriam do governo.

Além disso, ainda em 2012, o Boko Haram lançou vários vídeos ameaçando sequestrar mulheres e as tratar conforme a Sharia. Após isso, os sequestros em massa, cometidos tanto em escolas como em mercados, transporte público e nas próprias casas das mulheres e meninas ganharam força (GARCÍA & CUADRADO, 2018).

A prática de sequestrar meninas e mulheres garantiu ao grupo uma forma de negociação com o governo nigeriano: as sequestradas são eventualmente trocadas por dinheiro de resgate ou por membros do Boko Haram que foram presos. No ano de 2017, cem meninas voltaram para suas famílias após o governo nigeriano libertar líderes do grupo que estavam presos e pagar uma quantia equivalente a dois milhões de euros para o grupo terrorista (GARCÍA & CUADRADO, 2018).

Outra importante informação é a de que há mulheres nos acampamentos do Boko Haram que foram compradas, através de “dotes” por membros do grupo. Toda a situação socioeconômica que existe e persiste na Nigéria é relacionada com isso, tendo muitas mulheres que enxergam no Boko Haram uma saída da pobreza e um futuro melhor. Até mesmo a falta de acesso à educação feminina no país incentiva essa ingressada, pois no Boko Haram poderão estudar o Alcorão. Conforme:

> Os terroristas, com meios para pagar um dote maior do que o resto da comunidade pode pagar, tornam-se a escolha de algumas mulheres, cansadas da pobreza abjeta com a qual têm que lidar diariamente e na esperança de conquistar um futuro melhor. A esposa de um comandante de culto alegou que ela concordou em se casar depois que ele lhe ofereceu um dote que era três vezes o valor de mercado. Mas o dinheiro não é a única razão pela qual algumas mulheres se juntam ao grupo; a educação que lhes é negada em certas áreas do país é um incentivo para muitos decidirem se juntar ao Boko Haram, uma vez que lhes permite estudar o Alcorão. As mulheres, portanto, acabam sendo vítimas de suas próprias circunstâncias (GARCÍA & CUADRADO, 2018, p. 04, tradução nossa).

Conforme descrevem García e Cuadrado (2018), o grupo utiliza as mulheres em quatro tipos de funções em sua estratégia de terror, que seriam divididas entre objetificação sexual e a discriminação de gênero. As quatro funções, conforme as autoras, seriam: “ligar” a união e sobrevivência do grupo, tarefas domésticas, operações suicidas e logística.

A primeira função seria relacionada consolidar a coesão do grupo através de uma insurgência islâmica, ou seja, as mulheres acabam por ser prometidas aos combatentes do grupo, como uma forma de recompensa, sendo vítimas de abusos sexuais e todo tipo de violência, dessa maneira, o compromisso e lealdade dos membros do Boko Haram propicia a escolha, por parte desses membros, das mulheres que querem (ORIOLA, 2017).

A violência sexual, sobretudo através de casamentos forçados, é uma das maneiras do Boko Haram para promover a solidariedade entre seus homens e também como uma forma de fazer o grupo se tornar mais atraente para que outros homens se juntem, sobretudo os pobres e desempregados do nordeste do país, que não conseguem arcar com os custos relacionados ao casamento. Essa prática não é uma novidade do Boko Haram (ORIOLA, 2017). Ainda com relação a sobrevivência do grupo, o estupro das meninas e mulheres cativas também propicia a “geração” de novos combatentes, com o nascimento das crianças frutos desses estupros.

De acordo com Oriola (2017), o estupro sistemático de mulheres por membros do Boko Haram é uma estratégia de continuidade da organização fundamental, sendo a violência sexual contra mulheres e meninas cativas estratégia de dominação e autoperpetuação, não sendo somente “acidental”. O grupo terrorista utiliza a utilidade sociobiológica das mulheres

para justificar as suas ações. O Boko Haram acredita que pode "confiscar" mulheres e propriedades daqueles que não possuem a sua interpretação do islã. Para o Boko Haram, as mulheres são propriedades dos homens, feitas para os homens, os quais podem fazer qualquer coisa sexualmente com elas.

Oriola coloca como o Boko Haram enxerga nas meninas e mulheres o futuro do grupo:

> uma nova geração de crianças supostamente abraçando a ideologia de seus pais pode ser criada através da constelação cíclica de estupros em massa de mulheres, conseqüente fecundação e sequestro de descendentes de tais estupros. O Boko Haram interpreta as mulheres como portadoras de seu futuro, apesar de sua brutalidade em relação a elas. Isso fica evidente no número de meninas e mulheres resgatadas que voltaram grávidas com bebês de seus captores. As meninas e mulheres grávidas incluíam a maioria das 234 mulheres e crianças resgatadas da Floresta Sambisa em maio de 2015 (2017, p. 107, tradução nossa).

Com relação à violência sexual, o grupo direciona esta a um grupo específico: mulheres e meninas na faixa reprodutiva (de 14 a cerca de 45 anos). Dentro dessa categoria, são mais afetadas especificamente as meninas e mulheres que não são casadas e não possuem filhos, pois, conforme já mencionado, o casamento precoce é comum nos estados do norte, onde o Boko Haram, mais atua, e a idade com que as mulheres têm seus primeiros filhos é baixa. O grupo considera, de certa forma, indesejável uma mulher que já é casada e tem filhos (ORIOLA, 2017).

Um depoimento sobre um ataque cometido pelo grupo em Maiduguri, no final de 2013, relata que os terroristas separaram as mulheres entre as mais velhas e as que pareciam ter idade fértil, levando esse último grupo. Uma mulher narra que conseguiu escapar do casamento com um dos membros do grupo mentindo que já era casada e apontou crianças (que não eram suas filhas) afirmando ser a mãe delas (ORIOLA, 2017).

A ideologia do Boko Haram reflete um comportamento cultural da sociedade nigeriana: a desvalorização de mulheres que possuem filhos, sendo elas vistas como "mercadorias danificadas". A ideologia do Boko Haram é descrita da seguinte maneira, conforme Oriola (2017, p. 108, tradução nossa):

> A maneira como o Boko Haram trata as mães em seus acampamentos reflete práticas culturais generalizadas que dão menos valor às mulheres que têm filhos. Essas mulheres cobram um preço de 'noiva menor', por exemplo, e são vistas como "bens danificados" na sociedade em geral. A ideologia de gênero do Boko Haram, portanto, baseia-se nas atitudes e práticas culturais predominantes em relação ao valor social, valor de mercado e, em última análise, desejabilidade das mulheres em uma sociedade patriarcal.

Apesar de as mulheres mais jovens sofrerem mais com a violência sexual, o Boko Haram não age de forma homogênea, de forma que as mulheres mais velhas podem também sofrer com a violência sexual (ORIOLA, 2017).

Sobre as tarefas domésticas, estas estão entre as funções mais comuns das cativas, estando entre as ações cozinhar e coletar lenha, conforme já abordado. Nos acampamentos as meninas e mulheres são separadas: as esposas dos líderes são responsáveis pelas esposas dos demais combatentes e as outras meninas sequestradas são escravas. Estudar o Corão e frequentar mesquitas também estão entre as tarefas (GARCÍA & CUADRADO, 2018).

Além desses já mencionados tipos de violência contra as meninas e mulheres, há ainda o uso delas em missões, incluindo suicidas. As meninas cativas do grupo são transformadas em "máquinas de matar". Há meninas e mulheres que são treinadas para executar ataques armados em aldeias (incluindo suas próprias). Elas aprendem a atirar, a como usar bombas e como atacar. Muitas das meninas sequestradas em Chibok tiveram esse destino, sendo vistas matando pessoas em nome do Boko Haram. Em confrontos contra o governo, meninas e crianças são utilizadas na linha de frente (GARCÍA & CUADRADO, 2018).

Conforme García e Cuadrado (2018), o Boko Haram é o grupo terrorista que mais usou mulheres em missões suicidas da história e também é o grupo que utilizou a menina mais jovem. O primeiro ataque suicida do grupo feito por uma mulher ocorreu no ano de 2014, e até 2017, foram atribuídas a elas 434 operações suicidas. O uso de mulheres e meninas nesses tipos de operações pode ser atribuído ao fato de que elas passam mais despercebidas do que os homens, fazendo maiores estragos (GARCÍA & CUADRADO, 2018).

Apesar disso, com o crescente e significativo aumento do número de ataques cometidos por mulheres e crianças, as comunidades passaram a também a enxergar esses grupos como ameaças à segurança, questão que pode ser destrutiva (UNITED NATIONS, 2016). Diferentemente das maiores vítimas da violência sexual, que são as mulheres em idade reprodutiva, os ataques suicidas são feitos por meninas pré-púberes e mulheres pós-menopausa (ORIOLA, 2017). Diante disso, a seguinte observação é feita por Oriola (2017, p. 109):

> Essa abordagem dualizada de mulheres e meninas – articulada na provável fecundidade – objetifica as mulheres através da fixação na estética da reprodução. Sua permutação existencial é demonstrada ao ser usada para produzir vida nova ou consumir a vida dos cativos e outros.

Outro fato atribuído ao uso de meninas e mulheres em missões suicidas é relacionado à maior atenção midiática que tais ataques recebem; afinal, "a natureza do terrorismo é

propagandística, então uma das razões pelas quais o Boko Haram está usando mulheres nessas operações é criar um impacto maior na mídia" (GARCÍA & CUADRADO, 2018, p. 05, tradução nossa). Por fim, essa também é uma maneira de destacar o Boko Haram diante de outros grupos terroristas que atuam na África (GARCÍA & CUADRADO, 2018). Em entrevista à BBC, Fatima Akilu, psicóloga e diretora-executiva da Neem Foundation, faz a seguinte afirmação:

> "Elas se voluntariavam, principalmente porque acreditavam que iriam direto para o paraíso. Mas, quando a ofensiva militar nigeriana se tornou mais intensa, a quantidade de mulheres jovens voluntárias caiu significativamente. Então, o Boko Haram começou a sequestrar e coagir meninas para missões suicidas" (apud HERNANDEZ & HEGARTY, 2018).

Conforme reportagem da BBC, Sanaa Mehaydali, de 16 anos, teria sido a primeira mulher que cometeu ataque suicida, no ano de 1985, matando dois soldados israelenses no Líbano. Outros grupos terroristas, como Hezbollah, PKK, Tamil Tigers, Hamas e Black Widows também utilizam mulheres em ataques suicidas. Contudo, diferentemente destes, o Boko Haram é muito mais brutal e usa as mulheres em maior quantidade, além de utilizar garotas muito jovens. Em 2016, duas meninas entre sete e oito anos se explodiram simultaneamente em um mercado no norte da Nigéria (HERNANDEZ & HEGARTY, 2018).

A primeira vez que o Boko Haram utilizou meninas e mulheres em ataques suicidas a bomba foi no ano de 2014. Até o ano de 2017 estima-se que 1,2 mil pessoas morreram. Segundo relato de uma vítima do Boko Haram, de nome Falmata e que foi sequestrada aos 13 anos pelo grupo terrorista, as meninas precisavam escolher entre o casamento com membros ou a participação em uma missão, a qual elas não sabiam o que era. Falmata negou se casar, afirmando ser muito jovem (HERNANDEZ & HEGARTY, 2018).

Conforme o relato, antes da realização do ataque, mulheres cativas no acampamento eram preparadas, tendo seus pés decorados com rena e cabelos alisados, como se estivessem sendo preparadas para um casamento. Contudo, a preparação era para se tornarem meninas-bomba. Os extremistas colocavam explosivos amarrados na cintura das garotas e afirmavam às vítimas que a realização da missão, com a morte dos "infiéis", as "levariam direto para o paraíso". Falmata e outras duas meninas (que participariam com ela da "missão") foram instruídas a se explodirem em áreas movimentadas, como mercados, enquanto estavam sendo observadas por membros do grupo (HERNANDEZ & HEGARTY, 2018).

As três meninas conversaram e decidiram não realizar a explosão. Falmata pediu ajuda a um estranho para retirar os explosivos, porém, ao tentar fugir por uma estrada, acabou por ser capturada novamente pelo Boko Haram, porém por membros de outro acampamento, que

não a reconheceram. Levada para um novo acampamento, Falmata novamente precisou fazer a escolha de se casar com um membro do grupo ou realizar uma missão. Novamente, Falmata escolheu participar de uma missão, sendo mais uma vez preparada, pintada e vestida com um vestido de noiva e tendo explosivos amarrados no corpo. A menina fugiu através da floresta, encontrando agricultores e conseguindo ajuda, sendo finalmente liberta (HERNANDEZ & HEGARTY, 2018).

Finalmente, o quarto tipo de violência é referente à logística. Além das funções domésticas e suicidas, mulheres também estão presentes em funções como recrutadoras e agentes de inteligência. Existem relatos de meninas que foram sequestradas e tiveram que começar a ajudar o grupo a realizar outros sequestros. As meninas e mulheres também são treinadas para matar os inimigos e reféns do Boko Haram, tendo um papel ativo dentro do campo de batalha.

4.6 Impacto social da violência de gênero do Boko Haram

Os ataques cometidos pelo Boko Haram contra as meninas e mulheres também possui outros propósitos macrossociológicos, reforçando o "domínio doméstico tradicional" e a repressão das mulheres, que inclui a proibição da educação ocidental para meninas sequestradas e a instauração do medo para que as meninas não cativas não frequentem a escola. Além disso, esse medo também recai sobre as meninas que são libertas ou fogem do Boko Haram. Conforme Oriola (2017, p. 112, tradução nossa), "o efeito cumulativo de tais casos individuais dá a vitória não apenas à ideologia do Boko Haram contra as mulheres, mas também a favor da dominação masculina em geral".

A violência de gênero cometida pelo Boko Haram não impacta somente em nível individual, mas em nível multidimensional. Sob o nível individual, as vítimas perdem seu senso de identidade, o qual está fortemente ligado à identidade religiosa, ponto o qual o Boko Haram se envolve, fazendo as meninas que são cristãs se converterem ao islã, estudar o Corão e vestirem hijabs, hábitos diferentes dos que tinham anteriormente (ORIOLA, 2017).

A tortura psicológica pela qual passam as meninas e mulheres sequestradas também é responsável pela perda desse senso de identididade, de si mesmas. Essa perda facilita a dominação das meninas nos acampamentos, diminuindo a resistência entre as cativas e fazendo com que as ordens sejam seguidas. Tal estratégia é conseguida através da vivência das meninas e mulheres em uma rotina de violência, presenciando assassinatos brutais. Algumas dessas mulheres, inclusive, presenciaram os assassinatos de seus próprios maridos e filhos (ORIOLA, 2017).

Ainda, o Boko Haram faz as mulheres serem obrigadas a tomar decisões desumanas, que as faz se questionarem sobre suas posições como mães e mulheres. Dentre esses exemplos, Oriola cita Margaret, uma mulher que foi sequestrada pelo grupo terrorista junto com dois de seus cinco filhos. Cativa após muitos meses, ela teve uma chance de fugir, porém não conseguiria levar consigo as duas crianças, somente uma. Margaret fugiu deixando seu segundo filho com outra cativa, conseguindo encontrá-lo vivo tempos depois em um campo de deslocados. Conforme afirma Oriola (2017, p. 111, tradução nossa), "o impacto de tais decisões de vida e morte em uma mãe é profundo".

As meninas e mulheres, além de tudo, não conseguem exercer seus papéis como cidadãs de pleno direito. Segundo Oriola (2017), quando resgatadas por militares nigerianos, muitas meninas não sabiam que havia ocorrido uma eleição presidencial no país. Privações materiais, abusos físicos, psicológicos e sexuais reforçam o *status* de "segunda classe" para as meninas. Ainda envolvendo questões psicológicas, há vítimas do Boko Haram que acabam por desenvolver a síndrome de Estocolmo.

Os ataques suicidas quando não são executados pelas meninas e mulheres, as criminaliza. Exemplificando essa criminalização das vítimas, Oriola (2017) cita duas meninas, Hadiza Musa, de apenas 10 anos de idade, e Zahharau Babangida, de 13 anos, que foram presas após provas incriminatórias serem encontradas em seus coletes suicidas. Na Nigéria, a idade mínima para responsabilidade criminal é de somente sete anos (ORIOLA, 2017).

Já em nível familiar e social, o Boko Haram não se empenha somente em destruí-los, mas também fazer parte de sua composição. Conforme descrito por Oriola (2017, p. 111, tradução nossa):

> Dada a prevalência de normas de gênero que conferem "poder destrutivo" à violência sexual e seu concomitante "significado simbólico" dentro do universo de discurso de uma sociedade patriarcal, os corpos de mulheres e meninas tornam-se o solo no qual o Boko Haram planta suas sementes de destruição. Isso prejudica – física e psicologicamente – não apenas as vítimas primárias; prejudica a identidade coletiva de suas famílias, grupo religioso e comunidade étnica por meio da vitimização indireta. Também desmoraliza e castra os homens dessas comunidades afetadas.

Outrossim, a violência sexual sofrida (além das consequências para as vítimas como individuo) também impactam suas famílias e sociedades, as quais ficam "envergonhadas" do sexo ílícito. Esse sentimento de vergonha, a desterritorialização, a impotência, são exemplos do que a comunidade de Chibok vive, após o sequestro das meninas em 2014 (ORIOLA, 2017).

As maiores vítimas do Boko Haram são pertencentes a classes sociais mais pobres do norte da Nigéria. Tanto as mulheres sequestradas, quanto as vilas atacadas, homens mortos a tiros ou bombardeados em comunidades rurais, e também os membros do Boko Haram são pertencentes a essa categoria. O abandono escolar das meninas pobres contribui para aumentar mais ainda a pobreza delas, que acabam se casando cedo. Oriola (2017, p. 113, tradução nossa) reitera que "As atrocidades do Boko Haram, particularmente a violência sexual contra as mulheres, não são apenas antipobres em orientação, mas também refletem as desigualdades no sistema econômico e político da Nigéria".

Assim, conforme o que foi exposto, pode-se perceber como o Boko Haram é um grupo terrorista extremamente violento com as mulheres. Essa violência direcionada contra elas, ainda, não é somente uma consequência das ações terroristas praticadas pelo grupo, as quais afetam a sociedade nigeriana como um todo, mas sim possuem um propósito maior, sendo algo que beneficia o Boko Haram, que ajuda na existência e expansão do grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do primeiro capítulo, no qual foram expostos temas do estudo de gênero, em especial a violência de gênero e sexual, sobretudo em contextos conflituosos, pôde-se perceber que, apesar da temática ter ganhado bastante espaço nos estudos das Relações Internacionais ao longo das últimas décadas, ainda existe um longo percurso para se trilhar sobre diversos assuntos dentro desta temática. Conforme pode ser percebido, temas relacionados ao estudo do gênero são negligenciados, existindo uma hierarquização que favorece objetos de estudo classificados como "masculinizados" e como superiores. A causa disso seria o fato de que as Relações Internacionais são uma área bastante masculinizada, que sufoca o estudo de questões relacionadas ao gênero.

Conforme exposto, muitos dos estudos concluídos e também resoluções internacionais sobre gênero e a violência de gênero (incluindo a sexual) em locais que passam por conflitos acabam por não contemplar diversas particularidades existentes no mundo. Apesar de tais estudos e resoluções internacionais apresentarem grande importância no campo das Relações Internacionais, não se deve desconsiderar que por muitas vezes ignoram experiências de muitas mulheres (e também homens), não observando diferenciações sociais, orientações sexuais, classes, etnias, nacionalidades e idades.

Assim, contextos como o da violência de gênero praticada pelo grupo terrorista Boko Haram, cujo significado do nome é "a educação ocidental é pecaminosa", não são exatamente bem contemplados por tais estudos e resoluções internacionais, tendo em vista que, conforme abordado ao longo do estudo, não buscam compreender particularidades do contexto da Nigéria, suas culturas e etnias e nem a atuação específica do Boko Haram em si.

Observando tais fatos, é possível constatar que estudos que envolvem o Sul global, como localidade, são bem menos realizados e não possuem grande importância em comparação a estudos de fatos ocorridos em localidades como a Europa e Estados Unidos, mesmo que os acontecimentos em questão sejam impactantes para um número exorbitante de pessoas, como o caso do Boko Haram na Nigéria. Pensando dessa forma, as hostilidades existentes na Nigéria não parecem ser suficientes para ganhar notoriedade.

O grupo terrorista Boko Haram, conforme apresentado ao longo do segundo capítulo, teve a Nigéria como origem, no início do século XXI. O país de colonização britânica mostrou condições favoráveis para o surgimento, atuação e crescimento do grupo, tendo em conta as diversas instabilidades políticas, sociais, econômicas e étnicas (sendo muitas destas, herança do passado colonial), ainda que o país seja o mais rico do continente africano e um

grande exportador de petróleo e outros minérios. Sob tais condições, pode-se fazer, inclusive, questionamentos sobre a Nigéria ser ou não um Estado falhado. O Boko Haram, que possui também ações em outros países do continente africano, resulta em grandes impactos nos Estados nigerianos em que possui maior atuação, como em Borno, na região norte do país.

Diante do que foi abordado, pode-se observar que a raiz das questões étnicas e culturais conflituosas dentro do território nigerniano tem forte ligação com o passado colonial, tendo em vista que a separação e fusão de áreas onde existiam grandes diferenças culturais, étnicas e religiosas entre diversos grupos culminou na existência de relações desarmoniosas, difíceis de serem reparadas. Dentre esses conflitos, pode-se mencionar a Guerra de Biafra, ocorrida entre 1967 e 1970 após uma parte do território nigeriano se separar do restante do país, e que ocasionou na morte de entre um e três milhões de pessoas. Posteriormente, o território voltou a ser anexado à Nigéria.

Como umas das soluções que ajudaram a amenizar os conflitos, está a separação em novos estados dentro do território nigeriano, os quais passaram a possuir líderes com os quais a maior parte da população se identificasse. Mesmo que essa problemática tenha sido bastante neutralizada, ainda existem pontos conflituosos gerados, ainda que maneira indireta, pela colonização europeia e sua divisão do mapa africano com a partilha do continente.

Sendo um grupo que atua com bastante violência e que possui tanto homens como mulheres como alvos, o grupo acaba por se utilizar da violência contra as mulheres de forma mais intensa, as quais sofrem tanto por causa do Boko Haram quanto por questões de gênero. Sobre isso, conforme abordado ao longo do trabalho, chegou-se à comparação entre mulheres escravizadas e as meninas e mulheres vítimas do Boko Haram, tendo em vista que em ambos os casos elas são, além de tudo, exploradas também devido à condição de serem mulheres. Como também à classificação de que as meninas e mulheres passam por um maior processo de desumanização em comparação aos homens, mais longo e tortuoso, enquanto estes são mortos mais rapidamente.

Assim, pode-se perceber como o grupo terrorista se utiliza dessa violência de gênero como uma forma de estratégia, beneficiando-se disso, levando em consideração os diversos casos nos quais meninas e mulheres foram sequestradas, mantidas prisioneiras como escravas domésticas e sexuais, forçadas ao casamento com membros do grupo e também obrigadas a ser mulheres e meninas-bomba em ações militares. A violência cometida contra elas não é simplesmente ocorrida ao acaso, mas sim planejada. O ataque direcionado a meninas e mulheres, dessa maneira, causa um impacto muito forte e direto em toda a sociedade.

Outrossim, o Boko Haram também se beneficia do sequestro de meninas e mulheres ganhando dinheiro com o pagamento de resgates ou trocando-as por membros do grupo que tenham sido presos. Ainda, há relatos de cativas que tenham sido vendidas no mercado clandestino, sendo internacionalmente traficadas, sobretudo com a intenção de que se tornem escravas sexuais.

Assim, toda a violência cometida contra elas é pensada. Um exemplo disso é o sequestro das garotas do colégio de Chibok. A atitude foi planejada tanto para levar terror à sociedade nigeriana como também para conseguir esposas para membros do grupo (que inclusive usam a promessa de que os membros conseguirão uma como forma de propaganda para que jovens ingressem no grupo) e também para assegurar que as funções domésticas do acampamento, como limpeza e o preparo de refeições, sejam desempenhados.

Já sobre as práticas militares que quais as meninas e mulheres são obrigadas a perfazer, pode-se observar que não são práticas tidas como “femininas”, sendo normalmente realizadas por indivíduos homens. Entretanto, o Boko Haram também passou a ver vantagens na participação delas nesses casos. Assim, elas são usadas como ajudantes em operações, facilitando estas e também são muito utilizadas como meninas-bomba, considerando que elas passam mais despercebidas para se inserir em ambientes com grande circulação de pessoas, levantando menos suspeitas, e também porque o uso delas é uma forma de poupar a vida dos membros do Boko Haram, que precisam se sacrificar menos nessas operações.

Dentre os vários tipos de violência de gênero cometidos, a violência sexual é uma das mais notáveis e cruéis. Os resultados são inúmeros traumas psicológicos, infecções sexualmente transmissíveis, gravidezes indesejadas, e também danos físicos, como lesões e ferimentos e também a infertilidade. Socialmente, a violência também gera consequências sérias: as vítimas passam a ser classificadas como “impuras” e não adequadas para se casar, por já terem tido relações sexuais, mesmo que estas tenham sido forçadas, traumáticas e carregadas de grande violência e humilhação. Há relatos de mulheres que tenham inclusive recebido punições por seus familiares e vizinhos por terem sido estupradas.

Ainda, as crianças frutos da violência sexual também são rejeitadas socialemente e muitas vezes até mesmo por suas mães e demais familiares, crescendo uma infância com diversas negações, sendo encaradas como uma parte do Boko Haram e não tendo reconhecimento social e legal, havendo a possibilidade de até mesmo se tornarem apátridas.

Isso, inclusive, também é um dos objetivos do grupo. Considerando que, quando estão cativas, a presença de filhos ajuda a evitar que fujam, tendo em mente que muitas delas não querem abandonar o acampamento sem levar as crianças, desejo que dificulta uma fuga bem

sucedida. Pensando nessa questão, também não são raros os sequestros de mães e crianças juntas, ainda que estas mulheres não sejam consideradas desejáveis para o casamento com membros do grupo.

Ainda sobre as gravidezes resultadas dos estupros cometidos pelo Boko Haram, o grupo também enxerga as crianças filhas de membros como sendo parte de uma "geração" de novos combatentes. Com isso, é possível se observar como a violência sexual é algo que beneficia o grupo, não sendo apenas algo que acontece de forma impensada ou apenas como forma de "satisfazer" os desejos dos membros dos membros. Assim, a violência sexual não é apenas um subproduto do conflito, mas sim sistemática, tendo o objetivo de desestabilizar a população, destruir comunidades e famílias e causar o terror, diminuindo a possibilidade de resistências surgirem.

Em síntese, diante do que foi exposto ao longo do presente trabalho, a Nigéria abriga condições favoráveis ao Boko Haram, o qual utiliza uma violência direcionada contra as mulheres nigerianas a seu favor, sendo esse tipo de violência algo que se tornou uma forma de estratégia do grupo. Além disso, conforme estudado, mesmo com o crescimento e desenvolvimento do estudo sobre questões de gênero em regiões de conflito no campo das Relações Internacionais (que é descrito como algo masculinizado) ao longo das últimas décadas, existem ainda grandes questões e desafios a serem debatidos sobre essa questão e suas problemáticas. Com esse maior estudo, resoluções e propostas podem ser melhor construídas a fim de alcançar resultados mais palpáveis e que sejam úteis para todas as partes do mundo.

Com o proposto, dessa maneira, pode-se concluir que a violência de gênero cometida pelo Boko Haram contra as mulheres nigerianas não ocorre ao acaso. É algo elaborado, pensado pelo grupo, para que maior proveito seja tirado da prática. Os sequestros, as conversões forçadas para o islâmismo, os estupros, assim, não são meras consequências aleatórias da busca do Boko Haram para a instalação da Sharia em todo o continente nigeriano. O grupo percebeu que atingindo diretamente as meninas e mulheres, o país ficará mais vulnerável aos seus ataques, dominações e imposições, facilitando que os objetivos sejam devidamente alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARA, T. “Gendering terrorism: Women, gender, terrorism and suicide bombers”. **International Journal of Humanities and Social Science**, [s. l.], v. 5, n. 61, 2015. Disponível em: http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_5_No_6_1_June_2015/13.pdf. Acesso em: 5 jan. 2022.

BANKS, C. “Introduction: Women, gender, and terrorism: gendering terrorism”. **Women & Criminal Justice**, [s. l.], v. 29, n. 4-5, p. 181-187, 2019. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/08974454.2019.1633612. Acesso em: 1 fev. 2022.

BOKO HARAM. **Deutsche welle**. 2020. Disponível em: https://www.dw.com/pt-002/boko-haram/t-19396292. Acesso em: 8 dez. 2020.

UNITED NATIONS. “Boko Haram: Meninas realizaram um terço de ataques com crianças-bomba”. 2016. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2016/04/1547261-boko-haram-meninas-realizaram-um-terco-de-ataques-com-criancas-bomba. Acesso em: 30 nov. 2021.

CIERCO, T.; BELO, A. “Será a Nigéria um Estado falhado?” **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s. l.], v. 21, p. 121-146, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/ZHQY6j9ykW73nTg986C6vcn/?lang=pt. Acesso em: 15 out. 2021.

ERAZO, M. G. L.; ALMEIDA, D. V. **2015 Violencia sexual contra mujeres en conflictos armados: caso Boko Haram (2009-2015)**. Universidad Internacional del Ecuador, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais). Disponível em: https://repositorio.uide.edu.ec/bitstream/37000/1379/3/T-UIDE-1072.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

EXAME. “110 meninas da Nigéria desaparecem após ataque do Boko Haram”. 2018. Disponível em: https://exame.com/mundo/110-meninas-da-nigeria-desaparecem-apos-ataque-do-boko-haram/. Acesso em: 23 dez. 2021.

FALOLA, T.; HEATON, M. M. **A History of Nigeria**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2008.

GARCÍA, M. I. G.; CUADRADO, J. “Mujer y violencia en Boko Haram: Nuevas oportunidades para la prevención de la radicalización”. **Cultura y Pensamiento**, [s. l.], 2018. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6736432.pdf. Acesso em: 15 maio. 2021.

GARCÍA, N. “Boko Haram y la expansión de la violencia en Nigeria”. **Revista de Estudios Latinoamericanos, Africanos y Asiáticos**, [s. l.], v. 20, n. 1856-6812, p. 57-72, 2016.

GLOBO. “Estado Islâmico e Boko Haram usam estupro como tática de guerra, diz ONU”. 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/estado-islamico-boko-haram-usam-estupro-como-tatica-de-guerra-diz-onu-15863936. Acesso em: 8 dez. 2020.

GUTIÉRREZ, Ó. “Todos os dias eu lembro que tive um filho com o Boko Haram”. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/18/internacional/1505754685_977820.html. Acesso em: 8 dez. 2020.

HERNANDEZ, V.; HEGARTY, S. “Aos 13 anos, fui produzida para ficar bonita e enviada para me explodir com um cinto-bomba”. 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42983622. Acesso em: 30 nov. 2021.

HUMAN RIGHT WATCH. “Those terrible weeks in their camp”. 2014. Disponível em: http://features.hrw.org/features/HRW_2014_report/Those_Terrible_Weeks_in_Their_Camp/index.html. Acesso em: 8 dez. 2020.

KUS, A.; SANCHEZ, W. L. “Sharia, religião e secularização”. **Interações**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 310-324, 2021. Acesso em: 24 nov. 2021.

LOPES, C. B. “Violência das armas, violência no gênero: Campo fértil das desigualdades”. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 119-125, 2010. Acesso em: 29 abr. 2020.

LÓPEZ, A. *et al*. “Boko Haram: Análisis del fenómeno terrorista en Nigeria”. **Revista Criminalidad**, [s. l.], v. 58, n. 1, p. 67-79, 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082016000100005. Acesso em: 5 mar. 2022.

MARKOVIC, V. “Suicide squad: Boko Haram’s use of the female suicide bomber”. **Women & Criminal Justice**, [s. l.], v. 29, n. 4-5, p. 283–302, 2019.

MATTEO, G. “Entenda a diferença entre hijab, niqab e burca”. 2020. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/entenda-as-diferencas-entre-hijab-niqab-e-burca.phtml. Acesso em: 7 mar. 2022

MATUELLA, I. “Conflitos armados e a agenda internacional: A questão da mulher”. **Revista Estudos Feministas**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 1277-1295, 2017. Acesso em: 23 jul. 2021.

MESTANZA, A. B. “Nigeria ante el desafío de Boko Haram. **Revista Ejército**, [s. l.], v. 895, 11, 2015.

MONTE, I. X. “Gênero e Relações Internacionais uma crítica ao discurso tradicional de segurança”. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7726/1/2010_IzadoraXavierMonte.pdf.

NOSSITER, A. “Casamento ou morte no cativeiro do Boko Haram”. 2015. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/casamento-ou-morte-no-cativeiro-do-boko-haram-16208548. Acesso em: 16 dez. 2020.

OLIVERIA, R. M. **Violência contra mulheres em conflitos armados**: Gênero, poder e controle na seleção das vítimas de violência sexual. 2016. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do ABC, 2016.

OLUKOYA, S. “Inércia do governo da Nigéria revolta pais de meninas sequestradas”. 2014. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/in%C3%A9rcia-do-governo-da-nig%C3%A9ria-revolta-pais-de-meninas-sequestradas/a-17619857.

ORIOLA, T. B. “Unwilling cocoons: Boko Haram’s war against women”. **Studies in Conflict & Terrorism**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 99-121, 2016.

PENACHIONI, J. B. **Violência sexual em conflitos armados e em ataques generalizados ou sistemáticos**: A criminalização pelo Tribunal Penal Internacional. 2017. Dissertação - PUC-SP, 2017. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/19843. Acesso em: 3 mar. 2022.

PENNA FILHO, P. “Da África do Norte para a África Subsaariana: Grupos radicais islâmicos no Mali e na Nigéria”. **Meridiano 47 – Journal of Global Studies**, [s. l.], v. 15, n. 146, 2014.

PIMENTA, M.; MALGUEIRO, C. “A crescente violência de gênero em zonas de conflito: Omissão e paralisia”. **Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, 2016. Disponível em: https://ieei.unesp.br/portal/wp-content/uploads/2016/06/ENSAIO-DO-IEEI-N%C2%BA-27.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

ROQUE, S. “Violência sexual e segurança internacional: despolitização, descontextualização e colonização de uma agenda”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], n. Número especial, p. 165-188, 2018.

SANTOS, R.; ROQUE, S.; MOURA, T. “Conexões perdidas: Representações de género, violência (armada) e segurança na Resolução 1325”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 96, n. 96, p. 165-196, 2012. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/4867#article-4867. Acesso em: 20 maio. 2021.

SCHOLZ, F. W. “Gênero e as relações internacionais: O uso da violência sexual como arma de guerra”. **Cadernos de Relações Internacionais**, [s. l.], v. 2018, n. 1, 2018.

SEARCEY, D. “Fugitivas do Boko Haram são estupradas por soldados da Nigéria”. 2017. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/12/1942356-fugitivas-do-boko-haram-sao-estupradas-por-soldados-da-nigeria.shtml. Acesso em: 8 dez. 2020.

SJOBERG, L.; GENTRY, C. E. **Women, gender, and terrorism**. Athens: University Of Georgia Press, 2011. Disponível em: https://muse.jhu.edu/chapter/226115/pdf>. Acesso em: 6 jan. 2022.

TRABOULSI, J. **Violência sexual contra as mulheres na Nigéria**: A atuação das Nações Unidas no caso de terrorismo sexual do grupo Boko Haram. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado emRelaçoes Internacionais) – UniCEUB, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/12947/1/21504048.pdf. Acesso em: 20 dez. 2021.

TICKNER, J. A. “Gender in international relations: Feminist perspectives on achieving global security”. **The Journal of American History**, [s. l.], v. 80, n. 3, p. 1043, 1993. Acesso em: 15 fev. 2022.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Gender-based Violence**. 2021. Disponível em: https://www.unhcr.org/gender-based-violence.html. Acesso em: 28 jan. 2022.

VITALE, D.; NAGAMINE, R. **Gênero, direito e relações internacionais**: Debates de um campo em construção. [s.l.] : Scielo, 2018.

WALKER, A. What Is Boko Haram? **United States Institute of Peace**, [s. l.], 2012. Disponível em: https://www.usip.org/sites/default/files/SR308.pdf. Acesso em: 26 jan. 2022.

WORLDOMETER. **Nigeria Population (2019)**. 2019. Disponível em: https://www.worldometers.info/world-population/nigeria-population/. Acesso em: 12 out. 2021.